



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões  
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**“Comissão Parlamentar Inquérito, criada pelo Requerimento nº 302, de 2014, “destinada a apurar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias.”**

## **ATA DA 4ª REUNIÃO**

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião realizada em 22 de maio de 2014, às 10 horas e 17 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital Rêgo** e com a presença dos Senadores: **José Pimentel e Vanessa Grazziotin**. Deixaram de comparecer os Senadores: **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Antônio Carlos Rodrigues e Gim**. Na oportunidade, foi realizada oitiva de Nestor Cerveró, ex-Diretor Internacional da Petrobras.

Após sua aprovação, a presente Ata será publicada em conjunto com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom dia a todos. Sejam todos muito bem-vindos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento 302, de 2014.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, coloco em votação... Deixarei a votação da Ata para a oportunidade do quórum.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e à oitiva do Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor internacional da Petrobras, motivada pelo Requerimento nº 5, de 2014, a quem convido para tomar lugar à mesa.

Presente, ao meu lado, o Relator, Senador José Pimentel.

Nós temos também, para a segunda fase desta reunião, o Requerimento nº 76, que vamos deliberar, o Requerimento 79, o Requerimento 80 e os Requerimentos 78 e 77.

Senhoras e senhores, passaremos a ouvir o Dr. Cerveró, que irá fazer a sua explanação e cuja presença é motivada pelo requerimento de criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O depoente terá 20 minutos, acrescidos de igual tempo, se necessário, por solicitação e conveniência da mesa dos trabalhos, para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpeção, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se perguntas e respostas. Ao convocado, será solicitado que assine o termo de comparecimento para que se qualifique na condição de testemunha. A palavra será concedida aos Srs. Parlamentares na ordem de inscrição. Inicialmente farão uso o relator, a Presidência e o autor do requerimento. Os Líderes poderão intervir, mas não inquirir os depoentes. Passo a palavra ao Dr. Cerveró.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom dia, Ex<sup>mo</sup> Sr. Vital do Rêgo, Presidente da Comissão, Ex<sup>mo</sup> Sr. Senador José Pimentel, relator da Comissão, Srs. Senadores, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores presentes ao trabalho da Comissão. Bom dia a todos.

Eu gostaria de usar esse meu tempo, Senador, para fazer uma exposição sobre o tema para o qual fui convocado. Aproveito e agradeço a convocação para prestar esclarecimentos sobre o tema da aquisição e compra da refinaria de Pasadena e da *trading* de comercialização em Pasadena. Eu só queria fazer uma pequena introdução, ressalva.

Eu me permiti – não sei se os Senhores estão de acordo – trazer cópias, não sei se são suficientes para todos, da apresentação que fiz no mês passado a convite da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Essa apresentação é bem mais extensa, pareceu-me que ocuparia muito tempo. Achei conveniente que fosse distribuída, porque nela está descrita não só toda a sequência como também os valores envolvidos, as explicações, desde o processo inicial do cenário em que se



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

configura a aquisição da refinaria até o encerramento, ou seja, até a parte de que participei, que é a não aprovação da segunda fase da compra dos 50%. Então, é mais como um adendo às informações.

Antes de me referir – vou fazer uma exposição sumarizada do processo – eu me permitiria fazer um pequeno histórico da minha história na Petrobras. Eu fui admitido na Petrobras em 1974, através de um concurso público, na condição de engenheiro. Sou engenheiro químico, fui admitido como engenheiro de processamento na Petrobras. Iniciei a minha carreira na Petrobras justamente na área de refino, trabalhei por três ou quatro anos na refinaria de Betim, Minas Gerais, após o que tive a satisfação de ser do grupo pioneiro, de pertencer ao grupo pioneiro de engenharia básica. A engenharia básica foi um grupo criado dentro do maior centro de pesquisas que temos, o Centro de Pesquisas da Petrobras, no Rio de Janeiro, que formou um grupo de especialistas de maneira a desenvolver tecnologia, a desenvolver projetos próprios de tecnologia de refino, equipe essa que apoiou, foi responsável por todos os projetos de adaptação das refinarias da Petrobras de maneira a capacitá-las a processar o óleo pesado, descoberto e produzido em grande quantidade na Bacia de Campos.

Então, eu tive o orgulho e a honra de pertencer a esse grupo – foi o grupo inicial – que depois estruturou toda a área de engenharia básica, fundamental para o desenvolvimento da tecnologia brasileira. Esse era o grupo que nos dava total confiança, ou seja, esse conhecimento tecnológico tem tudo a ver com a questão estratégica, a questão da decisão da compra da refinaria de Pasadena, porque essa compra visava, primordialmente, transformar essa refinaria, ou seja, adaptá-la para processar petróleo pesado. E nós já tínhamos uma experiência adquirida muito grande em todas as nossas refinarias no Brasil.

Todas as nossas refinarias no Brasil, que foram adaptadas, tiveram de ser adaptadas de forma a terem condição de processar o petróleo pesado produzido na Bacia de Campos. Por quê? Porque todas as refinarias no Brasil foram, até a última que está em operação, inaugurada em 1980. Ou seja, há 35 anos uma refinaria não entra em operação, o que não é inédito no mundo; nos Estados Unidos é mais remoto ainda. A última refinaria a entrar em operação nos Estados Unidos foi em 1976, e também lá foi feito um trabalho enorme de adaptação para aproveitar ou poder utilizar o petróleo pesado não só brasileiro, evidentemente, mas petróleo



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

pesado mexicano, petróleo pesado venezuelano, que tem um preço menor do que o do petróleo leve.

Após essa etapa, na engenharia básica, eu continuei na área de refino, na área de energia, de eficiência energética na área de refino, onde tive a satisfação de iniciar o programa de construção de termelétricas de cogeração junto às nossas unidades de refino, projetos esses que permitiram a construção de uma série de grandes usinas termelétricas de grande eficiência energética e que hoje são responsáveis pela garantia do nosso fornecimento de energia elétrica. Elas hoje atuam como uma grande defesa, uma grande proteção ao sistema energético brasileiro. Eu tive a satisfação e o orgulho de ter liderado esse grupo na área de refino e ter comandado a construção de uma série de usinas que continuam operando com muita eficiência e muito sucesso até hoje.

Após isso, já com 28 anos de casa, em 2003, eu tive a honra de ser indicado, juntamente com mais seis colegas, para a nova diretoria que entrou junto, na Petrobras, com o Presidente Lula, em 2003. Então, fui convidado a exercer a função de diretor internacional, onde permaneci por cinco anos.

E, na diretoria internacional, também eu gostaria de relatar que, nas minhas atividades, segundo até uma orientação do próprio Presidente Lula, tivemos a oportunidade de expandir enormemente a atividade internacional da Petrobras. Só para os senhores terem uma ideia, de 2003, quando assumi a diretoria internacional, até 2008, quando fui substituído, de uma atuação em 8 países, passamos a atuar em 26 países em todo o mundo. Nós estendemos a atividade, o nome da Petrobras, a presença da Petrobras em todos os países da América do Sul, com exceção feita às três Guianas e ao Suriname. Mas, nos demais países, expandimos a nossa posição.

Temos presença marcante em todos os países da América do Sul, expandimos nossa participação para a China, para o Japão, para a Índia, onde continuamos atuando, aumentamos a nossa participação na África, compramos uma série de ativos de grande valor, hoje, adquiridos aqui na área de produção de petróleo e gás não só na África como aqui na América do Sul, principalmente no Peru. Expandimos também nossa participação no Golfo do México, onde a Petrobras foi pioneira na utilização de navios de produção. Isso é um fato relevante durante a minha atuação. O primeiro navio, que é uma coisa comum aqui na Bacia de Campos, navio de produção, o famoso FPSO, sigla do navio, que operou,



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

começou a operar no Golfo do México, foi da Petrobras, graças à experiência acumulada pela tecnologia adquirida na Bacia de Campos. E juntamente, nessas atividades internacionais, se insere a aquisição justamente da refinaria de Pasadena.

Por último, a minha última atividade dentro da Petrobras, do grupo Petrobras, foi a partir de março de 2008. Eu exerci por seis anos a diretoria financeira da BR Distribuidora, que é a segunda maior companhia do País em termos de faturamento. E tive mais uma satisfação, também profissional, de ter saído da Petrobras Distribuidora, da BR Distribuidora, tendo obtido, no ano passado, o maior lucro da história da BR Distribuidora. Nós conseguimos um lucro de quase US\$1 bilhão, na operação de um mercado altamente competitivo como é o mercado de distribuição de combustíveis. E essa é uma satisfação que levo ao longo, de ter encerrado em mais de 39 anos de carreira na Petrobras.

Permitam-me ter feito, desculpem-me esse tempo que tomei, mas achei que era justo aproveitar a oportunidade de pelo menos deixar registrado o meu orgulho e satisfação. É aquela história, a gente não deixa de ser Petrobras, a gente vai ser, quer dizer, depois de 40 anos, é um casamento indissolúvel. Não existe divórcio. Vai ser sempre assim. Quer dizer, eu não sou mais empregado da Petrobras, mas eu sou um homem ligado profundamente, um profissional extremamente ligado à Petrobras.

Bom, então vamos focar dentro do meu tempo.

Eu queria só fazer um rápido histórico do processo de Pasadena, depois, vou, evidentemente, durante a fase de perguntas, procurar esclarecer todos os pontos. Eu acho que a apresentação tem um esclarecimento bem mais detalhado, mas Pasadena se insere dentro de um cenário da época, do início da década passada, do início da década de 2000 em que o planejamento estratégico da Petrobras, já em 1999 e 2000, depois confirmado já pelo novo Governo em 2004, apontava para a necessidade de expansão do refino fora do Brasil. Por que isso?

Nós tínhamos dois cenários conjugados, extremamente relevantes na situação do mercado brasileiro de petróleo. Tínhamos um mercado estagnado, um mercado com um crescimento muito baixo nos últimos seis anos e que assim permaneceu até 2006/2007, sem crescimento, ou seja, o consumo de combustíveis não apresentava crescimentos que justificassem investimento em novas refinarias.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Paralelo a isso, tínhamos uma produção crescente e principalmente, predominantemente, de petróleo pesado na Bacia de Campos, petróleo esse que era muito maior do que a necessidade de petróleo para atender ao mercado brasileiro. Dentro desse cenário, o planejamento estratégico, evidentemente, sinaliza e aponta para a necessidade de agregar valor a esse óleo pesado, já que, como os senhores provavelmente já foram informados, existe uma diferença considerável, isso sempre vai existir, entre o preço do petróleo leve e o preço do petróleo pesado. As características físico-químicas do petróleo levam à necessidade de maior complexidade de refinarias, das refinarias para poderem processar petróleo pesado.

Daí a adaptação que foi feita em todas as nossas refinarias para processar petróleo pesado, para aproveitar a oportunidade do processamento de petróleo pesado. Mas, como não tínhamos refino suficiente para isso, a alternativa – evidentemente, uma boa alternativa, mas não é a melhor – era exportar. É e continua sendo exportar esse petróleo pesado, petróleo esse que sofre um desconto de preço em relação ao preço do petróleo leve. São duas referências mundiais, que é o petróleo Brent, na Europa, e o WTI na referência americana. Aliado a isso, no cenário internacional, tínhamos um mercado americano crescendo a taxas elevadíssimas em termos de consumo de combustível, o que propiciava aos refinadores margens elevadas na venda de derivados, na venda de combustíveis.

Então, dentro desse cenário, é totalmente adequado e totalmente aderente à estratégia da Petrobras a busca por uma refinaria em que pudéssemos, através da tecnologia dominada, comprar uma refinaria que somente processasse óleo leve e adaptá-la para processar óleo pesado, e óleo pesado nosso, ou seja, agregar valor ao petróleo produzido no Brasil. Por que isso? Pode ser feita a pergunta: Por que não comprar uma refinaria já com capacidade para processar petróleo pesado? Porque, naturalmente, essas refinarias, que já tinham essa capacidade, já tinham feito investimento necessário para a complexidade de refino de óleo pesado, tinham um valor muito mais elevado. Então, economicamente fazia muito mais sentido comprar uma refinaria que não a tivesse, adaptá-la e passar a processar óleo pesado.

Fomos procurados, recebemos, analisamos uma série de refinarias, quando recebemos, no início de 2005, proposta de uma empresa que recentemente tinha adquirido outra refinaria. No caso, era a Astra, que



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

é uma empresa belga, uma *trading*, uma empresa de comercialização que tinha mudado sua política e queria também entrar na área de refino. Ela já tinha comprado a refinaria e nos ofereceu uma parceria em que a Petrobras passasse a desenvolver, pudesse ser parceira, usando a tecnologia que a Petrobras tem, amplamente conhecida e reconhecida internacionalmente, para operar no mercado americano.

Simplificando, então, o processo – vou eliminar – decorremos o ano de 2005 até 2006, mais de um ano em avaliações. Assinamos inicialmente, como em qualquer negócio, um acordo de confidencialidade, em que se permite ter acesso a alguns dados que permitam avaliar com mais qualidade, ou melhor, com mais acuidade, o processo em si. Depois, foi assinado o memorando de entendimento, em que já fica evidente, fica evidenciado – no memorando, embora não seja um documento contratual – o compromisso de transformar essa refinaria em refinaria com capacidade para refinamento de óleo pesado.

Esse processo, então, foi levado duas vezes à Diretoria. Quer dizer, ao longo de 2005, esse processo é aprovado, por duas vezes, nas diversas etapas de negociação que se seguiram e nas diversas etapas de avaliação. Essa avaliação foi feita por todas as equipes relacionadas ao processo, à compra: a área financeira, a área técnica, a área ambiental, a área tributária, além de uma série de consultorias externas, que estão listadas nessa apresentação, consultorias e empresas de primeira linha internacional.

Decorrido esse período e nas negociações decorrentes, fechamos também a aquisição da comercializadora. Essa ideia não fazia parte do objetivo inicial, mas ficou evidente, durante o processo de avaliação, a conveniência e a necessidade de termos uma comercializadora que conhecesse profundamente o mercado americano, porque não é só refinar. O mercado americano não é um mercado cativo, existem centenas de empresas, dezenas de refinadores e dezenas de comercializadores, e essa empresa já tinha contratos estabelecidos para a colocação dos combustíveis. Não só isso.

A escolha da refinaria também se liga ao fator geográfico, à otimização geográfica, em que está localizada Pasadena. Pasadena fica muito próximo a Houston, principal centro de petróleo dos Estados Unidos. Essa refinaria fica localizada junto a outras sete refinarias de diversos portes, junto ao Golfo do México, e tem acesso às duas principais tubulações, às duas principais *pipelines*, que ligam Houston à Costa Leste



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

americana. Ou seja: o Colonial Pipeline liga o Houston até o Maine e o outro, o Plantation Pipeline, liga Houston ao sul da Costa Leste, entrando pela Flórida até Washington, que é onde se registram os melhores preços.

O mercado americano tem preços diferenciados de combustíveis. O melhor mercado americano é o da Costa Leste. Então, Pasadena, a *trading* Pasadena já tinha acesso e já tinha contratos firmados para colocação desse combustível.

Aprovamos, então, na Diretoria, e, por ser aquisição de ativo, aprovamos no Conselho. Foi aprovado esse projeto no Conselho com o objetivo, volto a repetir, primordial e de total aderência estratégica, de levar o refino brasileiro ao exterior e agregar valor ao petróleo pesado produzido no Brasil.

Em 2006, então, completamos a aquisição, porque, além da aprovação, decorrem mais seis meses para atendimento a todos os compromissos.

A legislação americana para investimento estrangeiro é extremamente complicada. Então, há uma série de exigências. Nós gastamos seis meses até o contrato final de Pasadena. Então, em setembro de 2006, é anunciada oficialmente a associação de 50% da Petrobras na refinaria e na comercializadora, na *trading* em Pasadena. A partir disso e seguindo o que estava estabelecido no contrato... Melhor dizendo, já durante o ano de 2006, se iniciam os estudos para a ampliação, melhor dizendo, para a modificação do projeto para óleo pesado, estudos esses realizados pela nossa equipe, altamente qualificada – as nossas equipes, volto a repetir, criadas nos nossos centros de pesquisa, com apoio de toda área técnica da Petrobras – juntamente com o pessoal especializado da Astra nos Estados Unidos.

A Astra, quando comprou a refinaria, não só comprou a refinaria como contratou uma série de grandes profissionais. O mercado de Houston dispõe desse corpo técnico.

Muito bem, em 2006, então, durante o desenvolvimento dos estudos, fica evidenciado que a melhor alternativa não seria somente levar a refinaria a processar cem mil barris. Como ela já tinha capacidade para óleo pesado, fica evidenciada, claramente, a diferença de rentabilidade de levar não só o processamento de petróleo pesado como também de duplicar a capacidade dessa refinaria.





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

E por que isso? Porque essa refinaria tinha uma condição excepcional, raríssima nos Estados Unidos: ela tinha licença para ampliação – isso é difícilíssimo nos Estados Unidos – e tinha o terreno necessário. Tinha adquirido outra fábrica que tinha sido fechada – não me lembro direito –, uma unidade que permitia o espaço suficiente e necessário para a duplicação.

Então, as nossas análises, junto com a análise do pessoal técnico da Astra em Pasadena, demonstram claramente a vantagem econômica de elevar esse projeto para 200 mil barris por dia e processar 140 mil barris por dia de petróleo pesado brasileiro.

Isso feito, para nossa surpresa, apesar de o grupo técnico responsável pela refinaria nos Estados Unidos, o grupo técnico da Astra, o alto comando da Astra na Europa, na Bélgica, quando começa o ano de 2007, nos sinaliza, começa a sinalizar que não estaria disposto, ou não estariam dispostos, melhor dizendo, a investir o recurso necessário para a modificação dessa refinaria, melhor dizendo, para a duplicação dessa refinaria – porque a modificação já estava aprovada em contrato.

Surge, então, o impasse, até que em setembro, após inúmeras reuniões da nossa equipe com a equipe da Astra e com gerentes de nível médio...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Está bom. Já estou concluindo. Desculpe-me.

Leva a uma reunião realizada que nós convocamos, nós juntamente, melhor dizendo, nós acertamos com o alto comando da Astra, o CEO, o Presidente da Astra Internacional, com o nosso CEO, o Presidente Gabrielli. Essa reunião se realiza, por uma questão de oportunidade, em Copenhague, em setembro de 2007, onde fica claramente demonstrado que a Astra não tem disposição, ou seja, nos é informado, formalmente pela Astra, que havia opções melhores para os recursos disponíveis da Astra. Não que o projeto não fosse um bom projeto; em nenhum momento houve essa... Mas é aquela história, existem prioridades, e a Astra não colocava como prioridade principal colocar mais US\$3 bilhões para duplicar essa refinaria.

Inicia-se, então, uma fase de negociação em que, convencidos que estávamos e respaldados por uma série de avaliações técnicas, oferecemos então, entramos em negociação para a compra dos outros 50% da refinaria e da *trading*. Essa negociação se conclui em dezembro.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Chegamos a um preço final pela refinaria e pela *trading*, mas condicionado à aprovação da Diretoria e do Conselho, já que era a aquisição de um segundo ativo.

Uma vez concluídas as avaliações técnicas e financeiras que respaldam a proposta feita, a proposta negociada com a Astra no valor de U\$700 milhões, isso é levado à Diretoria em fevereiro de 2008 – ao final de fevereiro –, que aprova a compra dos U\$700 milhões pela segunda fase e submete, por ser a compra de ativo, ao Conselho.

O Conselho... Aí, nós temos então um novo contexto. Nós estamos no início já, março, abril de 2008. Os senhores se lembram de que, em 2007, foi confirmada a maior descoberta da história da Petrobras, da história do Brasil em termos de petróleo, que muda radicalmente o cenário de investimentos e da necessidade de recursos da Petrobras. Muda a história do Brasil em termos de produção de petróleo, em termos energéticos.

Vamos passar de uma empresa de grande porte, que produz dois milhões de barris por dia, em alguns anos – aí, isso depende do cenário, podemos chegar em dez anos –, a produzir cerca de cinco milhões de barris por dia. Isso muda completamente o cenário da disponibilidade de recursos. Ou seja, há uma demanda – e os senhores têm acompanhado isso – gigantesca por novos recursos exclusivamente dirigidos à área de produção para viabilizar, no menor tempo possível, a produção do pré-sal.

Além disso, coincide também que, já em 2007 e 2008, o mercado de combustíveis da Petrobras, do Brasil, aliás, que permaneceu estagnado por mais de seis, sete anos, muda completamente dado o surgimento de uma classe consumidora com um número muito maior de automóveis. O consumo de combustíveis cresce. Eu tenho os números de 2009 até... Já na BR Distribuidora, nós crescemos 60% o consumo de combustíveis no Brasil.

Então, aquele cenário que não justificava o investimento em novas refinarias no Brasil muda completamente. Então, evidentemente, dentro desse cenário, mais ou menos análogo à decisão da Astra, embora o projeto de ampliação e duplicação de Pasadena fosse de alta rentabilidade, mas o Conselho decide que a prioridade maior, a melhor alocação de recursos não era em expansão de refino. E não só expansão de refino, em qualquer atividade internacional da Petrobras. A Petrobras deixou de investir na área internacional já há bastante tempo. Justamente por isso, porque os recursos são mais bem aplicados aqui dentro do Brasil, tanto na



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

produção de petróleo como na construção de novas refinarias para atender o mercado brasileiro.

Então, aí se conclui o processo em que o Senado... Ou, melhor dizendo, desculpe, o Conselho não aprova a compra. Porque essa compra, não foi feita uma compra simplesmente para comprar 50% da refinaria restante. Foi feita uma compra para permitir que fosse feito projeto de alta rentabilidade que nós tínhamos não só aprovado na Petrobras, como aprovado na própria PRSI de Houston, de Pasadena.

Aí, inicia-se um processo de arbitragem, processo judicial, do qual eu já não participo. Eu fui substituído na Diretoria justamente em março – na Diretoria internacional – em março de 2008. Mas processo esse que se prolonga até junho de 2012, em que se chega a um acordo extrajudicial e se adquirem, então, os outros 50% da refinaria por um valor da ordem de 820... Eu não me lembro exatamente dos números porque eu já não participava da Diretoria nessa fase. E se encerra, então, e a refinaria hoje é 100%... Não só a refinaria, como a comercializadora da Petrobras.

Hoje, felizmente, devido a mudanças e esse tipo de mudança no ciclo da história de uma refinaria. Uma refinaria, como eu lhes disse, as nossas refinarias têm em média quarenta...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... ou cinquenta anos. Então, elas mudam, o cenário de margem, o cenário de lucratividade de uma refinaria muda muito ao longo do tempo.

E, nesse momento, as informações de que eu disponho, as informações que eu tenho é que Pasadena, graças a uma disponibilidade de petróleo leve, proveniente do óleo de xisto americano, que permite a utilização de óleo leve a preço mais baixo na região do Texas, tem tido margens e resultados altamente significativos. Essa é a informação que eu tenho.

Então, para encerrar, eu só queria fazer duas menções – eu já excedi meu tempo –, que são...

Isso tem sido amplamente difundido pela mídia e eu gostaria de fazer um rápido relato. Talvez depois, não sei, mas provavelmente deve surgir alguma questão, mas eu já queria antecipar que isso faz parte da apresentação que eu distribuí agora: são as cláusulas que têm sido alvo de muito comentário na mídia, que são as cláusulas de saída. Ou seja, quando se forma a sociedade com a Astra, no contrato, existe, o que, aliás, é uma condição extremamente normal, condição normal quando se forma uma



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

sociedade entre duas empresas, a condição de saída, conhecida internacionalmente como o famoso Put Option e a cláusula Marlim, que diz respeito ao processamento do nosso petróleo pesado na refinaria.

Para encerrar, rapidamente, Senador, a cláusula de saída é uma cláusula colocada, como os senhores se recordam, desde o memorando de entendimento inicial e no contrato assinado de aquisição com a Astra. Então, esta refinaria, por decisão a Petrobras, ela iria processar 70% de sua capacidade, ou seja, 70 mil barris de óleo pesado brasileiro; não era só óleo pesado; era exclusivamente óleo pesado da Petrobras. E as decisões de investimento, quer dizer, a Petrobras tinha condições... No contrato, as condições eram impositivas de parte da Petrobras.

Então, quando existe esse tipo de associação em sociedades não só de 50 a 50, mas em outro tipo de sociedade, existem cláusulas que preveem as condições de saída caso o sócio não queira acompanhar ou não queira, como foi o caso específico de Pasadena, o investimento necessário a ser feito para isso. Essa cláusula depois foi utilizada para o encerramento da pendência judicial. Mas é uma cláusula normal em todas as nossas associações ou praticamente em todas. E eu não lembro, não tenho condições de citar outras, mas são cláusulas que preveem as condições de compra ou de saída de um parceiro quando não há acordo. Existia também esta cláusula, uma possibilidade, que é a famosa diluição, a conhecida diluição da empresa. Ou seja, se há dois sócios e um investe e o outro não investe, o percentual de participação de uma empresa passa a ser reduzido proporcionalmente ao investimento que não foi realizado.

E a Cláusula Marlim? Marlim é simplesmente porque o petróleo mais exportado, o petróleo pesado mais exportado naquele momento, em 2006, pelo Brasil, era o petróleo produzido no Campo de Marlim. Dai a vinculação do nome. Na realidade, é uma cláusula que diz respeito ao petróleo pesado. Por que isso? Porque o petróleo pesado tem um preço diferenciado em relação ao preço do petróleo leve. E íamos transformar essa refinaria numa refinaria de petróleo pesado e colocar lá o nosso petróleo pesado.

Então, é uma cláusula de proteção para evitar que a Petrobras, que nós, os sócios majoritários no caso do petróleo, no caso do refino, transferíssemos lucro da refinaria, do resultado da refinaria para a produção de petróleo nossa. Ou seja, havia duas alternativas para a definição dessa cláusula de petróleo pesado ou Cláusula Marlim: uma seria tabelar o preço do nosso petróleo pesado, ou seja, o petróleo pesado teria um preço



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

tabelado, que seria o preço pago pela refinaria para a utilização desse petróleo. Isso não nos interessava na época, porque isso significaria marcar o preço do petróleo. Esse petróleo pesado compete com o petróleo mexicano, com o petróleo venezuelano, com o petróleo da África, do sul da África. E há um desconto que é negociado a cada momento, que, na época, variava entre US\$15 e US\$20. Ou seja, a diferença entre um barril de petróleo leve e um barril de petróleo pesado, na época, se situava entre US\$15 e US\$20.

A alternativa dada a essa marcação de preço foi estabelecer uma diferença mínima, de forma que a Petrobras não praticasse um preço irreal na venda do petróleo ou na colocação do petróleo na refinaria, de maneira a transferir resultado da refinaria, onde tínhamos 50%, para a produção de petróleo, onde nós éramos 100%. Então, foi estabelecido um valor de US\$3,5 entre o petróleo leve e o petróleo pesado brasileiro, uma diferença mínima que equivale a uma renda, ou seja, a um resultado da refinaria e da *trading* de 6.9%. Esse é o significado financeiro, o significado matemático da cláusula Marlim, cláusula essa que nunca foi utilizada, nem na questão da justiça, porque essa cláusula só obteria validade uma vez fosse feita a modificação da refinaria. E mesmo, senhores, que tivesse sido feita a modificação – aliás, o projeto nunca foi concluído como aprovado, que era a ampliação e modificação para petróleo pesado –, essa cláusula nunca teria sido utilizada. Por quê? Porque o petróleo pesado nunca ficou abaixo de US\$10 durante esse tempo todo. A diferença do petróleo pesado para o petróleo leve nunca atingiu um valor menor que isso. Então, não só porque não foi feita a ampliação, mas também porque efetivamente o mercado reconhece que há uma necessidade, uma diferença entre o preço do petróleo leve e o preço do petróleo pesado. Essas são as duas cláusulas que estão sendo profundamente citadas pela imprensa.

Senhores, é isso. Espero ter feito algum esclarecimento. Estou à disposição – por favor, Senador – para as perguntas que forem necessárias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço à V. S<sup>a</sup> as explicações iniciais dadas a esta Comissão.

Temos as perguntas do Sr. Relator. Encareço ao Relator – até para que possamos dar uma dinâmica a esta reunião – que possa fazer as perguntas em blocos. O senhor define por blocos. Dentro dos eixos, vamos



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

dividir as perguntas em blocos. Ao final da última pergunta daquele bloco que V. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Relator, define como estratégico para a apreciação do nosso depoente, o senhor passa a palavra imediatamente para ele. O.k.? Ficamos assim? Está bom?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu passo aqui... O senhor tem um conjunto de perguntas?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Tenho, tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com um conjunto de perguntas, o senhor fica mais à vontade. O senhor acompanha com o conjunto de perguntas do Relator.

Passo a palavra ao Sr. Relator, Senador José Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Vital do Rêgo; nossa Senadora Vanessa Grazziotin. Sr. depoente, Sr. Nestor Cerveró, e seu advogado, nós vamos fazer por bloco.

Na primeira parte, vamos tratar da estratégia de internacionalização da Petrobras. São três quesitos nesse item. Portanto, Sr. Nestor Cerveró, é correto dizer que, após a mudança no marco regulatório do petróleo, na década de 90, a Petrobras passou a perseguir a estratégia de internacionalização? Embora V. Ex<sup>a</sup> já tenha abordado um pouco esse tema na fase primeira, nós queríamos que complementasse.

Dois: os planos de negócios e planejamento estratégico da Petrobras refletiram essa mudança de estratégia? De que ano são esses planos ou planejamentos?

Três: em que consistia, na prática, essa internacionalização? Em que ano ela começou a ser efetivamente implementada na área de refino? Quais eram as metas?

Seriam as três primeiras perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** (*Fora do microfone.*) – Posso responder, então, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fora do microfone.*) – Pode sim, fique à vontade.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu queria fazer um esclarecimento. Na realidade, a internacionalização da Petrobras é muito mais antiga do que isso. A Petrobras atua internacionalmente desde a década de 70. A Petrobras tinha uma empresa que foi extinta com a criação



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

da diretoria internacional. Eu fui o segundo diretor internacional da Petrobras. A diretoria internacional da Petrobras foi criada em 2000 ou 2001. Eu assumi a diretoria em 2003, portanto eu fui o segundo diretor internacional da Petrobras. A Petrobras tinha uma empresa, que foi extinta, que atuava única e exclusivamente no mercado externo, que era a Braspetro internacional. Essa Braspetro era dedicada única e exclusivamente à busca e produção de petróleo no exterior, e tem como grande realização, já na década de 70... Eu estou na Petrobras desde 1975. Mas foi um grande feito na época. A Petrobras descobriu o maior campo de petróleo até hoje descoberto no Iraque.

E olha que, no Iraque, há cem anos é feito o trabalho de prospecção e produção de petróleo. Nós descobrimos o campo de Majnoon, campo esse que na época nos foi... Houve uma negociação, nós não pudemos continuar – isso foi em 1977 –, porque o governo iraquiano achou que o tamanho e a dimensão do campo – seria o pré-sal iraquiano, vamos fazer uma comparação, me permitam.

Mas, na realidade, houve uma negociação, e ele foi como que tomado. Tivemos uma série de contrapartidas em termos de exportação, de bens. Na época, a indústria brasileira exportou – não só a indústria, como a indústria de alimentação – uma série de bens para o Iraque, em troca dessa operação.

Mas estou citando isso, só para focalizar que a Petrobras atua internacionalmente e com foco, única e exclusivamente, durante esse período todo, até a década de 1990, na área de exploração e produção de petróleo, não só no Iraque, como na África. Em Angola estamos desde a década de 1970 também; na Colômbia, desde a década de 1980. Então, já havia uma internacionalização, mas não na parte de *downstream*, ou seja, na parte de refino e de varejo. Então, essa seria a primeira...

A partir da década de 1990, ou seja, no final da década de 1990, com a mudança do monopólio, com a quebra do monopólio em 1997, houve sim uma decisão estratégica, na época, de buscar novos mercados, para compensar uma possível perda do mercado brasileiro, que se delineava na época.

Estudos da época mostravam que, com a quebra do monopólio e a permissão – isso continua até hoje, quer dizer, só que, de fato, esse monopólio de produção, de atendimento ao mercado brasileiro, não foi quebrado. A Petrobras é responsável por praticamente 100% do abastecimento de combustíveis no País.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Mas, naquela época, se pensava que haveria um afluxo de grandes empresas, que as grandes multinacionais viriam para o Brasil, procurando se estabelecer no mercado brasileiro. Então, para compensar essa perda possível, decidiu-se nessa época, em 1997, expandir, aí sim, as atividades de distribuição, as atividades de refino fora do Brasil e, particularmente, aqui, na América do Sul.

É quando se faz... A partir de 1997, se inicia uma troca de ativos com a Repsol, se expande a nossa atividade para a Bolívia, ou seja, começa embrionariamente uma atividade de expansão internacional, já não voltada exclusivamente para a área de exploração e produção.

De novo um parêntese: mesmo durante o meu mandato na diretoria internacional, é importante registrar que a principal atividade da área internacional, inclusive comigo, foi e continua sendo a área de exploração e produção. Quer dizer, o nosso investimento, o investimento da área internacional, nos meus cinco anos de diretoria, foi sempre muito maior na área de exploração e produção do que na área de refino e comercialização.

Mas esse planejamento – para terminar essa pergunta – realmente começa no final da década de 1990. É quando também, já em 1999, no planejamento estratégico de 1999, surge, então, a decisão de aumentar a capacidade de refino fora do País, já focando os mercados de maior rentabilidade, que é o mercado americano e o mercado europeu, principalmente o mercado americano.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Já concluiu?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Há a questão das metas, ainda, se for possível, senhor depoente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah, sim. Ah, desculpe-me. Estou vendo aqui: as metas... A área de refino, sim, desculpe-me, é a última pergunta aqui. Está dividido, não é?

Na área de refino, então, as metas eram refinar – a meta de refino internacional – 300 mil barris de refino fora do País.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – A decisão é a de fazer por bloco, e ele responde.





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós iríamos por bloco, para poder dar mais...

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O segundo bloco é sobre a compra e venda de refinarias.

Por que comprar uma refinaria no exterior? Quais razões levaram a Petrobras a tomar essa decisão? Em sintonia com a estratégia de internacionalização, quais foram as refinarias adquiridas? Em que ano essas aquisições aconteceram? Essas refinarias ainda fazem parte dos ativos da Petrobras ou já foram vendidas? Por qual razão essas refinarias foram vendidas? Houve mudança na estratégia da companhia? V. S<sup>a</sup> acompanhou a compra e venda da refinaria de San Lorenzo, na Argentina? Por que ela foi vendida? Em 2001 a Petrobras adquiriu a refinaria de Bahía Blanca, na Argentina, da petroleira Repsol; V. S<sup>a</sup> acompanhou essa aquisição? Essa operação teria dado prejuízo de US\$2,5 bilhões à Petrobras; qual a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre o caso? A compra da Repsol fez parte da estratégia de internacionalização da Petrobras? Seria esse o segundo bloco, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, vamos então fazer com mais calma, uma por uma, para não...

Bom, por que comprar uma refinaria no exterior? Como eu disse, no caso específico da internacionalização, quer dizer, não só... A refinaria de Pasadena não foi a primeira refinaria adquirida no exterior. Nós iniciamos com refinarias na Bolívia, na década de 1990, refinarias pequenas, que faziam parte de uma negociação mais ampla com o governo boliviano. Tinha a ver com a questão do gasoduto também. Havia uma integração no mercado boliviano. Compramos a... Melhor dizendo, houve uma troca de ativos com a Repsol, em que a refinaria de Bahía Blanca foi trocada. A Repsol passou a deter 30% de participação na refinaria de Canoas, na refinaria do Rio Grande do Sul. E, em troca, nós ficamos com a refinaria de Bahía Blanca. Mas, além disso, também entramos no mercado de distribuição, porque foi feita uma troca de ativos, aí já envolvendo a distribuição de postos de gasolina, de combustível. Quer dizer, passamos a deter postos de combustível na Argentina, e a Repsol passou a ter postos de distribuição aqui no Brasil. Essa a decisão. E finalmente a compra...

Aqui eu estou me antecipando nas perguntas. A última, eu acho que vou inverter, se me permite, a ordem.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Eu acho que aqui, não sei se essa compra da Repsol faz parte da estratégia de internacionalização. O que compramos na Argentina não foi a Repsol. Nós compramos a segunda companhia energética da Argentina. Não, desculpe, Senador, compramos a Pérez Companc. A Pérez Companc foi comprada no final de 2002, já no final do governo Fernando Henrique Cardoso. Foi uma operação... A Pérez Companc é uma empresa extremamente diversificada, diferente da Repsol.

A Repsol havia comprado, durante a década de 1990, no início – a Repsol é uma companhia espanhola –, a IPF, comprou o controle da IPF, que recentemente foi retomado pelo governo argentino. A IPF é a estatal argentina de petróleo, produção de petróleo e distribuição, produção de combustíveis. Foi comprada, acho que em 1994, não me lembro, pela Repsol espanhola.

E depois disso houve essa troca de ativos, já em 1997, 1998, que eu mencionei, entre a Repsol, a IPF e a Petrobras.

Mas em 2002, no final de 2002, nós compramos, desculpe, nós compramos a Pérez Companc. A Pérez Companc é uma empresa diversificada de energia. Ela tem produção de petróleo, ela tem refinaria, rede de postos, usina termelétrica, ela tinha até uma participação em usina nuclear, que foi tirada por questões de segurança interna, política de segurança da Argentina. Ou seja, a Pérez Companc era uma empresa de energia, era a segunda maior empresa da Argentina nessa área, e nós compramos no sentido de ampliar a nossa participação internacional, não só no refino, como na produção e no mercado, procurando entrar firmemente no mercado argentino. Dessa forma já estou respondendo a décima.

Mas voltando. Então as refinarias que foram adquiridas são essas, as duas da Bolívia, que depois foram retomadas pelo governo boliviano, as duas da Argentina, Pasadena, nos Estados Unidos, e a última a ser adquirida foi Okinawa, no Japão. Essas refinarias fazem parte dos ativos? Bom, como eu disse, as da Bolívia foram retomadas com pagamento de indenização negociado, quer dizer, não foi uma expropriação, foi uma negociação, até no valor de mercado. A San Lorenzo foi vendida recentemente, eu já não estava mais na Diretoria Internacional, mas foi vendida, aí já em uma política de obtenção de recursos, como outros ativos da área internacional estão sendo vendidos para poder atender à demanda de recursos gigantesca que provem do desenvolvimento do pré-sal.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Então hoje temos ainda a Refinaria de Bahía Blanca, a Refinaria de Pasadena e a Refinaria de Okinawa, que ainda são ativos da Petrobras.

Por que razão foram vendidas?...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Com relação...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... Por diversas razões. Quer dizer, a da Bolívia não foi vendida, houve uma imposição e tivemos que negociar uma saída da refinaria. E a de San Lorenzo foi por uma questão de obtenção de recursos; as demais permanecem com a Petrobras.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Então podemos dizer, sr. depoente, que a Pérez continua no ativo da Petrobras.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, a Pérez Compañc é uma empresa... Quando entramos na diretoria, não só a Diretoria Internacional, mas a Pérez Compañc, nós, todos os diretores da Petrobras, naquele momento – e eu fiz parte do Conselho da Petrobras argentina, que foi criada depois da Petrobras – mudamos o nome para Pesa, Petrobras Energia S/A, que é uma companhia, a segunda ou terceira companhia hoje na Argentina em termos de mercado energético. Temos lá a geração de energia elétrica, temos distribuição, temos produção de petróleo e gás na Argentina, então estamos totalmente verticalizados através da Pesa, que é uma empresa bastante lucrativa na Argentina.

Só para concluir então, respondo “essa operação teria dado prejuízo?” Desconheço esse prejuízo, não sei, por isso não tenho opinião a respeito desse assunto.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
O senhor tem conhecimento da ação que tramita no Superior Tribunal de Justiça sobre a questão da Bahía Blanca?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Tenho conhecimento, mas não em detalhes. Eu sei que existe, mas não sei como é que está, teria que perguntar ao pessoal; não sei, realmente não tenho informação.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Ao setor jurídico da Petrobras. Podemos?

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Vamos para o próximo bloco então?



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
O próximo bloco é negociação com a Astra para a compra de Pasadena.

O que despertou o interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena nos Estados Unidos? Quando começaram as negociações entre a Petrobras e a Astra? Não havia, na época, outras refinarias com capacidade de refino e demais características da de Pasadena que pudessem ser adquiridas em condições mais vantajosas? A negociação sobre a compra de Pasadena foi conduzida pela Diretoria Internacional. V. S<sup>a</sup> conduziu, pessoalmente, as negociações? Como a compra de Pasadena chegou até V. S<sup>a</sup>? De quem partiu a iniciativa de viabilizar a parceria: foi da Petrobras ou da Astra? Quais eram os termos da carta da Astra recebida pela Petrobras em 22 de fevereiro de 2005? Qual o interesse da Astra em firmar parceria com a Petrobras? Em 27 de março de 2005 a Petrobras e a Astra assinaram um acordo de confidencialidade. Quem assinou o acordo em nome da Petrobras? O que constava desse acordo? Em 4 de maio de 2005 a Petrobras e a Astra assinam um memorando de entendimento. Quem assinou o memorando em nome da Petrobras? O que constava desse documento? Entre a assinatura do acordo de confidencialidade, 27/3/2005, e o memorando de entendimento, 4/5/2005, transcorreram exatos 38 dias. Esse prazo não seria muito curto para maturar uma operação dessa envergadura? Por que a pressa? Há notícias de que, entre o acordo e o memorando, um equipe técnica da Petrobras teria visitado a Refinaria de Pasadena. Essa informação é correta? Quem integrou essa equipe? Quais foram as conclusões dessa equipe?

Seria esse o bloco, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois não, o senhor pode responder aos questionamentos.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Obrigado.

Bom, eu vou procurar me ater, ser mais disciplinado, Senadoras e Senadores.

O que despertou o interesse da Petrobras pela Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos?

Como já mencionei, avaliamos uma série de refinarias no mercado americano, e Pasadena tinha uma série de vantagens que acabaram sendo o motivo da escolha não da compra, porque nós estabelecemos uma parceria com a Astra e não compramos 100% da refinaria. Nós chegamos a examinar a possibilidade de comprar 100% de outras refinarias, mas uma



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

série de vantagens que Pasadena apresentava é que nos levou a decidir. Aí eu posso citar a questão da localização, a questão da capacidade adequada para o nosso objetivo, a questão da possibilidade de ampliação dessa refinaria, ou seja, o espaço necessário na época ou as condições necessárias para a ampliação, o preço dessa refinaria. Essa refinaria, para ilustrar, ao final de todo o processo, não só dos 50% como depois da negociação judicial e tudo isso, ela acabou... Porque compramos... Fala-se em custo total de US\$1,2 bilhão, mas temos que lembrar que esse custo engloba não só a refinaria, mas também a comercializadora, os custos advindos de garantias operacionais e custos jurídicos embutidos nesse US\$1,2 bilhão.

A refinaria custou, no total, US\$550 milhões, 100% da refinaria. Ora, a média... O refino é avaliado, em termos de preço de construção ou preço de compra de uma refinaria, em dólares por barril refinado. Então, uma refinaria que custou US\$550 milhões e processa 100 mil barris por dia tem um custo unitário de US\$5,5 mil por barril. Na época, em 2006, 2007, a média de aquisições de refinarias do mesmo porte foi de US\$9,2 mil por barril. Isso a aquisição, porque construção de uma nova refinaria... Daí que, como afirmei antes, não se constroem refinarias novas nos Estados Unidos há 40 anos, porque é muito mais interessante a aquisição de uma refinaria antiga – todas as refinarias dos Estados Unidos são antigas; a mais nova tem 40 anos – para dar a essa refinaria condições, para aumentar a complexidade dessa refinaria de maneira a processar um petróleo de menor custo. Nós fizemos isto no Brasil. Nossas refinarias no Brasil têm uma idade média de mais de 40 anos. A primeira foi inaugurada na Bahia há 60 anos, a primeira refinaria da Petrobras, a Relan, e a última foi a refinaria de São José dos Campos, em São Paulo, inaugurada em 1980. Então, os senhores veem que a média de idade das nossas refinarias é de mais de 40 anos. E todas elas foram projetadas, originalmente, para processar única e exclusivamente petróleo leve.

E o nosso pessoal técnico... Nós fizemos *revamps* em todas as refinarias de maneira a processar o nosso petróleo pesado, que tinha um custo menor que o petróleo leve. Inclusive, nós temos que importar petróleo leve. Nós não temos a produção; vamos ter agora. O petróleo do pré-sal é, essencialmente, um petróleo leve, ou seja, de preço mais elevado, porque muda o cenário comparativamente com 2005, quando o nosso principal petróleo era o da Bacia de Campos, um petróleo pesado.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Então, essa refinaria tinha essas condições de otimização e tinha essa atratividade geográfica, vamos chamar assim, e contratual. Ou seja, ela fica localizada num ponto excelente, não só em termos de acesso às tubulações e aos dutos de escoamento, como também esse *hub*, esse centro de refino... São sete refinarias. Aquilo é um complexo fantástico que tem custos menores de infraestrutura. Ou seja, a manutenção, a questão de apoio, de segurança é centralizada, porque as sete refinarias dividem o custo dessa infraestrutura. Então, tudo isso pesou, além, evidentemente, da negociação econômica, para a escolha de Pasadena.

A segunda pergunta dessa série. As negociações com a Petrobras e a Astra se iniciam a partir de uma carta... Isso está escrito nesta apresentação. Nós recebemos, em fevereiro de 2005, uma carta em que a Astra oferecia uma parceria, ou seja, estaria disposta a negociar uma parceria com a Petrobras para refinar petróleo na refinaria de Pasadena.

Não havia, na época, outras refinarias com capacidade? Claro que havia. O mercado americano tem centenas de refinarias, mas, como eu disse, nós avaliamos algumas outras refinarias – não todas –, e Pasadena se mostrou a de melhores – ou, pelo menos, as mais convenientes – condições para essa condição. A negociação sobre a compra foi conduzida pela Diretoria Internacional? Sim. Não, eu não conduzi pessoalmente as negociações. As negociações na Petrobras não são iniciadas pela Diretoria.

A Petrobras é uma empresa extremamente complexa e muito bem distribuída em termos de atribuições, de responsabilidades e de conhecimento técnico. Então, essas negociações se iniciam através exatamente dos técnicos especializados e, conforme vão evoluindo, vão sendo firmados os acordos intermediários, até que se chega à fase contratual. Aí, sim, entra o envolvimento da Diretoria ou do Diretor especificamente.

Como a compra de Pasadena chegou a V. S<sup>a</sup>? Chegou através dos meus gerentes. Chegou essa carta ao meu conhecimento; eu, então, determinei que fosse feita uma primeira avaliação. E, daí, os termos da carta da Astra, a iniciativa foi da Astra, a Astra que nos procurou para viabilizar essa parceria. Quanto aos termos da carta, eu não me recordo exatamente dos termos, mas era nesse sentido. Ou seja, não era uma oferta de venda; era uma oferta de iniciar conversações sobre o estabelecimento de uma parceria de refino.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Daí, em março, então, eu autorizei que fosse assinado um acordo de confidencialidade; e eu não lembro qual foi o gerente que assinou esse acordo de confidencialidade; não fui eu. Mas esse acordo de confidencialidade é um procedimento típico e normal quando se inicia um novo negócio ou se avalia um novo negócio ou aquisição de qualquer tipo de ativo. Isso, não só na área internacional, como em qualquer área da Petrobras. É um acordo entre duas empresas – dentro e fora da Petrobras – que permite que os dados que vão ser apresentados não sejam divulgados publicamente. Então, isso é um documento. E eu não lembro quem foi que assinou. O que constava era isto: uma preservação dos dados, ou seja, haveria uma troca de informações que teria que ser preservada confidencialmente.

Em 4 de maio, aí sim, aí já depois dessas iniciativas de avaliação, das primeiras avaliações e da sinalização que haveria uma viabilidade de desenvolver o negócio, então, nós assinamos, aí, também, um documento comum, conhecido no mercado internacional como MOU, *memorandum of understanding* ou memorando de entendimento.

Isso é uma prática, também, extremamente normal em que duas companhias, quando avançam além do simples conhecimento, já estabelecem condições de como será feito o negócio, assinam um memorando que prevê como vão ser as principais cláusulas de um futuro contrato. Ou seja, não é um documento compromissado, um documento que signifique compromisso, mas é um documento que sinaliza como vai ser o compromisso, como vai ser o contrato futuro.

Eu tenho quase certeza de que fui eu já que assinei esse documento, porque existem... A gente assina uma quantidade de documentos muito grande. Provavelmente, deve ter sido eu a assinar já, porque já era conjuntamente com o Diretor da Astra. Mas é isso.

E, nesse memorando, aí sim, já consta, então, que essa associação nossa somente se daria com o objetivo de transformar, ou seja, adaptar essa refinaria para processamento de óleo pesado. Então, desde maio de 2005, que já era uma decisão, ou seja, dentro do plano estratégico de expandir e de agregar valor ao nosso óleo, só iria adiante qualquer tipo de negociação com a Astra desde que fosse respeitado ou fosse incluído, no contrato final, a possibilidade, ou seja, a determinação de processar 70 mil barris de óleo pesado em Pasadena.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Entre a assinatura do acordo de confidencialidade e o memorando de entendimento, transcorreram 38 dias. Esse prazo seria muito curto? Não, não havia pressa. É um prazo normal. Em 38 dias, há totais condições de examinar os dados que permitem vislumbrar ou permitem sinalizar se o projeto pode ir adiante ou não. Como já informei, o memorando de entendimento não é um compromisso, não é um contrato. Desde esse memorando de entendimento, em maio de 2005, até o contrato final, decorrem quase nove meses, dez meses.

Então, ao longo desse período, isso foi uma avaliação inicial, o nosso pessoal técnico foi, o nosso pessoal financeiro, e avaliou a questão ambiental, como estava essa refinaria numa avaliação inicial. A partir dessa avaliação inicial é que se faz o memorando de entendimento. Mas o compromisso final leva quase um ano para ser concluído; efetivamente, o compromisso final leva mais, porque, mesmo após a aprovação do Conselho da Diretoria, em março de 2006, ainda decorreram mais seis meses, para atender a todos as exigências do mercado americano, toda a legislação americana, no que diz respeito a investimentos de empresas estrangeiras no País.

Então, a efetivação da compra só ocorre em setembro de 2006, embora tenhamos anunciado, já em novembro de 2005, ao mercado, através de um comunicado – que a Petrobras e As grandes empresas fazem, normalmente, é uma divulgação aos investidores – em que já se sinalizava que estávamos desenvolvendo uma parceria com uma empresa no mercado americano, para uma parceria em refino.

Então, não é um prazo curto entre o acordo de confidencialidade e o memorando de entendimento, o prazo total, entre o primeiro acordo e o compromisso final, leva um ano e meio e, durante esse período, na apresentação, consta.

Tivemos uma série de avaliações, tivemos duas aprovações intermediárias na Diretoria até a aprovação final, em fevereiro, março de 2006.

Aqui há notícias de que, entre o acordo e o memorando, uma equipe técnica... Uma equipe não, diversas equipes técnicas visitaram essa refinaria, porque havia não só a equipe técnica de refino, mas a questão ambiental, a questão de manutenção, a questão tributária, que é fundamental. Então, várias equipes técnicas visitaram, e as conclusões foram positivas, e, por isso, que o negócio avançou.





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

É isso.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Só mais uma pergunta, nesse bloco ainda: o Gerente-Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios da Petrobras, nessa época, podemos afirmar que era o Sr. Luís Carlos Moreira da Silva?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe, aqui não está...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque não está nas perguntas.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah, sim, é outra pergunta.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Estou só complementando aqui, porque V. S<sup>a</sup> nos informa, termina de depor, que houve um conjunto de pessoas que preparou todo esse processo até chegar à sua mão.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Gostaria de perguntar se, na época, o Gerente-Executivo Internacional era o Sr. Luís Carlos Moreira da Silva?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, o Moreira era, na minha época, não sei como está agora. Na Diretoria Internacional, tínhamos quatro gerentes. Na Petrobras, quanto à escala hierárquica, abaixo do Diretor vem a figura do gerente-executivo, e a Diretoria Internacional tinha quatro gerentes-executivos, divididos em áreas de negócios: tínhamos um gerente-executivo que cuidava da América e um gerente-executivo que cuidava dos negócios na Europa, África e Ásia.

Depois, isso foi até mudado. Tínhamos um gerente-executivo corporativo, que cuidava das áreas administrativas, ambientais, e tínhamos o Gerente-Executivo Internacional de Desenvolvimento de Negócios, que era o Dr. Luís Carlos Moreira da Silva. Então, provavelmente foi ele, mas não me recordo se o acordo de confidencialidade foi assinado por ele, isso não sei.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra de Pasadena pela Astra, aqui vamos voltar um pouco no tempo. Gostaria de retroagir um pouco no tempo. A refinaria de Pasadena foi fundada em 1920, conforme V. S<sup>a</sup> já fez referência na fase primeira, pela Crown. E, em 2004, a Crown vendeu a refinaria para a Astra. As negociações haviam sido feitas no segundo semestre de 2004, e a Astra assumiu o controle em janeiro de 2005. Está correto? Quanto a Astra havia pagado pelos ativos da refinaria da comercializadora *trading* e pelo



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

estoque? Esse valor era compatível com o mercado? A Astra assumiu o controle de Pasadena em janeiro de 2005 e, na sequência, em fevereiro, iniciou as tratativas para a venda da refinaria à Petrobras. A Petrobras não achou estranha essa atitude da Astra? A Astra teria comprado Pasadena apenas para especular?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – São duas só, não é? (*Pausa.*)

Bom, Senador; a refinaria de Pasadena pertencia à Crown Refinery, uma empresa tradicional no mercado americano – não de grande porte, mas tradicional na área de refino nos Estados Unidos. E essa Crown – e esta é uma informação adicional – tinha problemas sérios com a administração de Pasadena, principalmente por uma questão trabalhista que se arrastou por muito tempo. As relações sindicais americanas, nessa área particular de refino e na área de petróleo, são bastante complicadas.

Essa refinaria ficou fechada durante algum tempo. Assim, a Astra – e essas informações nós só tivemos depois – aproveitou essa oportunidade e negociou com a Crown. Para tanto, resolveu a questão trabalhista e resolveu uma questão importante que havia: uma série de pendências ambientais existentes justamente pela interrupção das operações e pela paralisação da refinaria. A Astra teve que resolver isso, teve que solucionar isso, pelo que investiu recursos. Ainda mais – e isso, para nós, foi fundamental: a Astra teve que investir em uma unidade de processamento de gasolina para atender aos requisitos de qualidade do mercado americano, que é um mercado extremamente exigente quanto à qualidade. Assim, essa refinaria estava fora do mercado, porque não tinha condições de produzir gasolina – produzia outros combustíveis, mas a gasolina não atendia aos requisitos do mercado americano. Hoje, nós também temos esses requisitos aqui.

Então, a Astra, para poder entrar no mercado de refino e colocação dos produtos, investiu também nessa unidade; uma unidade, que custou – não tenho os valores corretos, mas talvez o pessoal da Petrobras tenha isso na contabilidade – algo em torno de US\$100 milhões. Eu não sei exatamente – não tenho essa informação, porque isso pertence aos livros contábeis da PRSI, da Pasadena – a data em que houve a troca de propriedade nem quando a Astra toma posse. Eu não sei se está correta ou não essa data.

Com relação à segunda pergunta, isto é, quanto a Astra pagou pelos ativos, aí surge uma questão que eu gostaria até de detalhar um pouco, porque isso foi muito explorado pela mídia.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Foi dito que essa refinaria teria custado US\$48 milhões, o que é totalmente irreal. Quer dizer, US\$48 milhões... E isso, inclusive, a Presidente Graça trouxe, na sua apresentação aqui, no Senado, e, depois, na Câmara também. Esses são valores que estão registrados contabilmente.

A Astra, além da solução desses problemas trabalhistas, teve de fazer um novo contrato de trabalho, teve de sanar os problemas ambientais, teve de investir nessa nova unidade. Assim, o valor total que a Astra teria desembolsado para colocar essa refinaria em condições de operar foi da ordem de US\$360 milhões. Quer dizer, completamente diferente do que foi ventilado, do que foi amplamente divulgado pela imprensa, ou seja, que a Astra teria comprado...

E outra coisa que é profundamente injusta e que foi colocada: "Um ferro velho". Eu já ouvi muito essa expressão, e não corresponde, nem de longe, à realidade da refinaria. "É uma sucata!" Isso também foi dito. Não há sucata nenhuma! Essa refinaria opera, desde que nós a adquirimos, e operando com lucro hoje em dia. E, recentemente, mesmo estando afastado, soube até que ganhou um prêmio de refinaria com melhor qualidade de segurança. Claro que, aí, para orgulho nosso. Nossas práticas de refino... E isso não é só com Astra, não. As nossas práticas de refino – e este é um elogio para os meus colegas de Petrobras – são modelares para o resto do mundo.

Então, quando compramos uma refinaria e, sete ou oito anos depois, ela se transforma em refinaria padrão nos Estados Unidos, Senador, isso, sem dúvida nenhuma, é motivo de orgulho para todos os meus ex-colegas, que estão lá há muito tempo e têm – saí da área de refino há mais de 20 anos – essa consciência, essa preocupação arraigada. Isso é um valor muito grande dentro da Petrobras, esse valor, esse cuidado com a segurança operacional.

Então, esses valores foram implantados em Pasadena. Mas isso é outra coisa. Essa refinaria não é uma refinaria sucateada. E também não custou US\$48 milhões. Então, essas duas...

Acerca da última pergunta, a Astra assumiu o controle em sequência, não sei se foi em 2005, mas ela não inicia, não existe nenhuma tratativa de venda. O que houve em fevereiro foi um convite da Astra para estabelecimento de uma parceria com a Petrobras. Eles não propuseram a venda da refinaria. Quer dizer, não existe uma especulação: "Vou comprar barato e vender caro". Não foi isso que aconteceu. Eles compraram e, diga-se de passagem, era conhecimento do mercado, como já afirmei



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

anteriormente, já desde 1999, quando se estabelece no plano estratégico da Petrobras e fica evidenciada a necessidade de internacionalização do refino, confirmada em 2004.

Então, desde 1999, a Petrobras já vinha prospectando o mercado, procurando uma refinaria ou.... (*Falha na gravação.*)

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... que pudesse operar processando petróleo pesado. Havia esse conhecimento no mercado. Então, por isso é que a Astra, conhecedora dessa intenção da Petrobras, manda esse convite, essa proposta de parceria. Não considero que tenha sido uma especulação da Astra.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de saber, dentro desse capítulo, se no caso da Crown, a Petrobras sabia que ela estaria propensa a ser vendida à Astra e se já tinha feito essa prospecção que o senhor colocou como um elemento no plano estratégico de internacionalização da empresa, já que a Astra comprou a Crown em 2004. Por que a Petrobras não foi à frente?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – A Petrobras examinou uma série de refinarias, não me lembro os nomes, mas era um trabalho desenvolvido não só pela área internacional, como também pela área de novos negócios, área que a Petrobras tem, ligada diretamente à Presidência. Essa área também trabalhou nesse sentido, junto com o nosso pessoal. Então, foram feitas avaliações não só no mercado americano, com na Europa também.

Chegamos a ver refinarias na Inglaterra, na Alemanha, no Canadá, e não me recordo dessa refinaria, talvez até pelo fato de ela estar parada, ter problemas trabalhistas. Eu não sei, isso já é uma ilação que estou fazendo. Não existe nenhuma referência de avaliação nossa dessa refinaria anterior à compra da Astra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O próximo bloco é sobre pareceres de empresas de consultoria.

Ao que tudo indica, a Petrobras contratou diversas empresas de consultoria para auxiliá-la na compra de Pasadena. Essa informação é correta?

A empresa Deloitte foi contratada para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Deloitte? A Empresa Muse foi contratada para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Muse? A Empresa Jacobs para fazer exatamente o quê? Qual foi o parecer da Jacobs? Que serviços foram prestados pelo escritório de Advocacia Thompson? Foram



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

contratadas outras consultorias? Quais? Então, em resumo, qual foi o parecer das consultorias? Além das consultorias, as áreas técnicas da Petrobras emitiram pareceres? Quais áreas? Quais as conclusões desses pareceres? Seria esse o próximo bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Nós contratamos, ao longo de 2005, durante todos esse período de avaliação, todas essas empresas que estão aqui listadas. São empresas que atuam, empresas de reputação internacional. A Deloitte é uma consultoria conhecida internacionalmente, justamente atua na área financeira, na área tributária, atua no Brasil. A Deloitte tem empresa aqui, no Brasil, foi feita para analisar a parte financeira, a parte tributária.

A Muse Stancil é uma empresa com muito reconhecimento na área de refino nos Estados Unidos, na área de projeto e desenvolvimento de refinarias nos Estados Unidos, e já vinha atuando junto com a Petrobras em outros projetos. Tinha uma atuação junto ao nosso centro de pesquisas também, havia intercâmbio entre essas e as nossas empresas.

A Jacobs Consultancy é uma empresa especializada no mercado americano na questão ambiental, é uma empresa com reconhecimento no mercado americano. Nós tínhamos que atuar, as empresas tinham que atuar no mercado americano, tinham que ter conhecimento do mercado americano.

A Thompson & Knight é uma empresa de advocacia, que já prestava serviços à Petrobras na área internacional. E tem sede em Dallas, no Texas. também com muito reconhecimento.

Então, a resposta seguinte de todas elas é que os pareceres foram positivos.

Além dessas, foi contratada também a PriceWaterhouse; também outra consultora com grande atuação aqui no Brasil na área financeira, na área tributária, na área de avaliação de empresa, na área de auditoria, porque, quando a gente compra ou se associa a uma empresa, tem que ser feito todo o levantamento do histórico contábil, do histórico tributário, do histórico fiscal da empresa. Isso é uma prática normal, quer dizer, a Petrobras não poderia fazer um tipo de aquisição e, principalmente, comprometer – isso é uma coisa importante que gostaria de ressaltar –, o cuidado que nós tivemos na contratação dessas consultorias no sentido de estarmos entrando fortemente no mercado americano.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

O nosso objetivo não era simplesmente uma compra. Não! Tínhamos objetivos até maiores de expansão e de verticalização no mercado americano. E nós já atuávamos no mercado americano. Os senhores se lembram que nós temos uma produção considerado de petróleo no Golfo do México. Nós temos uma série de blocos de produção no Golfo do México. Nós temos negócios com empresas americanas. Então, esse cuidado em toda a situação contábil, fiscal, tributária de qualquer negócio, e particularmente Pasadena, tinha que ser feito por empresas de porte e nome reconhecido.

Então, além dessas que estão aqui, nós contratamos a Price, nós contratamos outra empresa muito conhecida no mercado americano, eu não sabia, chama-se Kirkpatrick, está aí nessa apresentação, especializada justamente na área tributária nos Estados Unidos.

No Brasil também a questão tributária é muito complicada, mas isso é uma realidade americana também

Todas as empresas foram contratadas e todas elas apresentaram parecer favorável ao negócio.

Além dessas empresas externas, evidentemente todas as áreas técnicas da Petrobras envolvidas foram e tiveram participação total no processo de avaliação e de aprovação da compra de Pasadena. Aí entra a área financeira, a área jurídica, a área tributária, todas as áreas inerentes, porque a Petrobras tem um crivo muito severo. Nós temos uma quantidade de aprovações. Um projeto na Petrobras para ser aprovado, um projeto desse porte, passa por uma série de crivos, uma série de avaliações, que não é simplesmente uma decisão tomada de um mês para outro. Uma decisão desse porte leva um ano, um ano e meio, como foi feito, e envolve todas as áreas que estabelecem e têm métodos de avaliação bastante rigorosos. E todas elas foram com conclusões favoráveis.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre os prazos de avaliações técnicas: ao que tudo indica, o trabalho das consultorias e das áreas técnicas da Petrobras, a chamada diligência prévia, teria sido realizado entre 23 de maio e 17 de junho de 2005. Essa informação está correta? Ou seja, as análises legais de recursos humanos, tributária, de meio ambiente, financeira, de TI, de processos contábeis e de auditoria foram realizadas em menos de 30 dias, para ser exato, em 25 dias. Esse prazo não é muito curto? Afinal, quanto tempo durou a avaliação jurídica e financeira de Pasadena?



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senador, como já disse, a avaliação, não só técnica como jurídica... Bom jurídico, na verdade, participa das avaliações e, ao final, faz uma avaliação jurídica global. Mas, na parte financeira, na parte técnica, houve uma série de visitas. Não foi somente em 23 de maio e 17 de junho. Essas avaliações transcorreram ao longo de todo ano de 2005, tanto é assim que a diretoria foi submetida à aprovação, à continuação do processo por duas vezes durante o processo de negociação com a Astra. Então, o prazo foi mais do que suficiente. Não é correto dizer que esse prazo foi curto. O processo de avaliação de todos os aspectos envolvidos na aquisição decorreu ao longo de mais de um ano.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Termos iniciais das negociações. Há informações de que, em 18 de agosto, a Diretoria Executiva da Petrobras teria aprovado uma oferta para a aquisição de 70% da refinaria de Pasadena. Essa informação está correta? Quanto a Petrobras planejava oferecer por esses 70%? Qual foi a resposta da Astra à oferta inicial da Petrobras e em que data a resposta foi apresentada? Há notícias de que, entre 22 a 24 de agosto de 2005, a refinaria de Pasadena foi visitada por gerentes de alto nível das áreas de abastecimento internacional da Petrobras. Qual o objetivo da visita? A que conclusões chegaram? Há quem compare Pasadena – e V. S<sup>a</sup> já fez referência – a um carro velho, obsoleto. Estou colocando porque a imprensa tem trabalhado muito nessa questão.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – É verdade, verdade.

**O SR. JOSÉ PIEMNTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Os gerentes de alto nível que visitaram a refinaria *in loco* não perceberam essa obsolescência? Há notícias de que, em 29 de setembro de 2005, a Diretoria Executiva da Petrobras teria autorizado a Diretoria Internacional, comandada por V. S<sup>a</sup>, a negociar a aquisição de 60% a 70% de Pasadena. Essa informação está correta? Por que a compra de 60% a 70% de Pasadena não avançou? Em que momento a Petrobras anunciou ao mercado que estava negociando a compra de Pasadena? Como o mercado reagiu ao anúncio?

Seria esse o próximo bloco.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Pois não. Como eu informei, esse processo foi, por duas vezes, submetido ao colegiado da Diretoria Executiva. Quer dizer, a aprovação na Petrobras, não só na Diretoria Executiva como no Conselho, é feita, em qualquer projeto, de forma colegiada. Então, nós resolvemos, em duas etapas, submeter à aprovação da



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Diretoria Executiva os passos que vinham sendo desenvolvidos com a negociação de compra da refinaria.

Então, a primeira oferta que nós fizemos foi autorizada pela Diretoria em agosto de 2005. Por que 70%? Porque 70% correspondem exatamente aos 70 mil barris/dia que nós queríamos processar na refinaria, ou seja, a refinaria tinha uma capacidade de 100 mil barris/dia, 70% seriam o que nós transformaríamos. Quer dizer, nossa parte seria de óleo pesado. Então, essa oferta inicial está... Eu não lembro direito... Acho que foi US\$360 milhões, mas para a aquisição de 70%. Então, isso foi o que nós planejávamos... Não, o que nós planejávamos; nós aprovamos e foi ofertado à Astra: US\$360 milhões por 70%.

A Astra apresentou – a segunda pergunta – uma contraproposta pedindo quatrocentos e... Desculpe... Perdi... Eu tenho aqui... Essa é mais fácil. Desculpe... Só para... Os valores aqui... Ah, está aqui! Desculpe. Isso faz parte aqui. Então, em agosto, nós apresentamos uma proposta de 70% no valor de US\$365 milhões; a Astra nos respondeu, com uma contraoferta pedindo US\$475 milhões por 70% ou US\$407 milhões por 60%. E, aí, continuamos as negociações até que chegamos ao preço final.

Seguindo as perguntas... Qual foi a resposta... Bom, esta aqui... Ah, sim: há notícias de que, de 22 a 24 de agosto, a refinaria foi visitada por uma série de vários gerentes... É verdade, agora, eu me lembro. Gerentes de abastecimento da área internacional. A visita visou que esses gerentes, de alto nível, conhecessem a administração não só da refinaria, conhecessem as condições administrativas. Não era mais uma questão somente técnica, era uma questão gerencial, já que nós passaríamos a ser, também, responsáveis pela condução não só da refinaria como pela condução da companhia comercializadora.

Então esses gerentes estiveram lá em reunião com o pessoal também do mesmo nível, para conhecer detalhes e já se familiarizar com isso. Esse foi o objetivo. As conclusões foram positivas, tanto que o negócio continuou.

Aqui é que existe essa profunda injustiça da comparação de Pasadena com carro velho e obsoleto. Quanto a carro velho, eu posso até concordar, porque todas as refinarias nos Estados Unidos são carros velhos; não há carro novo no mercado americano de refino, como no Brasil também não existe. Agora, obsoleto é que não é justo. É o mesmo caso que se chamássemos a RLAM, que é uma refinaria padrão nossa, tem 60 anos,





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

de carro velho; só que é um carro velho totalmente modificado dentro das melhores condições mundiais de refino. Não estou dizendo que Pasadena seja mais... Carro velho, sim, mas totalmente reformado.

É o caso de Pasadena, que já tinha sofrido uma série de otimizações depois, e não sofreu, não pudemos realizar o projeto que realmente foi aprovado. O projeto que nós aprovamos era de otimização da refinaria. Nós íamos fazer essa refinaria, uma refinaria moderna, complexa e em condições de refinar o petróleo pesado brasileiro como as nossas refinarias processam. Esse era o projeto de alta rentabilidade.

Esse projeto, na realidade, nunca foi realizado. Quando se avalia se o projeto foi bom ou não, tem que se levar em conta que o projeto aprovado, que é o projeto de modificação e, depois, nossa intenção era duplicar a capacidade, esse projeto nunca foi realizado. Então, ele não tem como ser avaliado, porque ele tinha uma alta rentabilidade prevista, dada a possibilidade que essa refinaria teria de processar petróleo pesado, a exemplo do que fizemos – a nossa área de refino – nas refinarias carro velho, antigas, que temos no Brasil. Todas elas com condições modernas e atuais de operação.

Novamente, volta a diretoria executiva, no final de setembro, e autoriza, então, que a Petrobras faça uma nova proposta para a aquisição de 60% ou 70%, e aí a pergunta não é por que não avançaram. Na negociação, avançou uma solução intermediária. Ou seja, a Astra não queria perder o controle administrativo da refinaria. Então, quando ela oferecia – essa é uma informação que não consta –, nas negociações, eles ofereciam vender 60% ou 70% estabelecendo... Essa foi uma negociação bastante difícil, a negociação gerencial, ou seja, a negociação do controle dos ativos, tanto da refinaria como da *trading*, da comercializadora. A Astra queria vender 60% ou 70%, mas mantendo um nível administrativo, um nível de controle equivalente a 50%.

Então, nós não aceitamos. Reduzimos o preço, tanto que o preço final é um preço acima do que nós oferecemos, mas abaixo do que a Astra contrapôs. Então, fecha em 50% porque reflete as condições negociadas de administração dos ativos que passaram a pertencer à Astra e à Petrobras. Em que momento? Isso foi anunciado em novembro de 2005.

Desculpe...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – É possível, isso é comum, alguém vender 70% de uma empresa e pedir participação igual na administração?



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senadora, possível sempre é. Há casos no mercado brasileiro em que acontece isso, através de acordo entre acionistas, proprietários de participação minoritária controla a empresa. Isso não é... Basta o acordo de acionistas refletir essa possibilidade. Não é inédito no mercado – no mercado internacional, não só no mercado brasileiro, tanto que a Astra fez esse tipo de proposta, no sentido de que eles admitiam vender uma parte... É interesse deles? Não, é o interesse nosso.

Então, isso ficou claramente demonstrado: para ter um controle de 50%, nós íamos pagar 50%, não 60%. Quer dizer, possível é. Não é impossível.

E a última pergunta: em que momento foi anunciado? Foi anunciado em novembro de 2005. A Petrobras, em anúncio formal aos investidores, estava negociando a compra de Pasadena, e a reação do mercado foi muito positiva na época.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre parecer do Citicorp, deixamos à parte, pelo que isso representa. Há notícia de que, entre setembro e novembro de 2005, foram feitas várias rodadas de negociação, às quais V. S<sup>a</sup> já fez referência, entre a Petrobras e a Astra. Quais eram os termos de negociação? Havia impasses? Quais eram esses impasses? Em novembro de 2005, a Petrobras contratou o Citicorp para a emissão do seu parecer, ou seja, uma segunda opinião, uma opinião "imparcial", entre aspas, técnica. Essa contratação ocorreu? Qual foi a conclusão de Citicorp? Qual o peso de uma avaliação como a do Citicorp para um negócio como o de Pasadena?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Essa primeira pergunta, Senador, é mais ou menos o que eu já afirmei. Não foi um impasse. Houve negociações para a definição do controle e do percentual de compra que a refinaria, conforme já expliquei à Senadora Vanessa... Então, os termos de negociação acabaram ficando em 50% a 50%. Não foram impasses; foram etapas da negociação.

Em novembro – já finalizando – isso também é uma prática comum esse tipo de negócio – os grandes bancos, as grandes corporações financeiras fazem esse tipo de trabalho, essa *fairness opinion*, não é uma opinião de justiça, mas é uma opinião de equilíbrio, uma opinião de avaliação do negócio, olhando os parâmetros financeiros, os parâmetros técnicos. Não só o Citigroup faz isso; o Credit Suisse faz isso, os grandes bancos americanos... Quer dizer, essas grandes corporações, não é que



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

prestam esse serviço; esse é um serviço caro, um contrato, porque envolve o nome e a reputação do Citigroup, ou seja, isso também vale para os outros grandes bancos, o PNB Paribas faz isso. Eles avaliam toda a documentação, principalmente a questão financeira, a questão do valor de mercado, a questão do cenário de mercado e dão o parecer que colocam o nome à reputação e dão respaldo, uma chancela a essa operação.

Então, nós contratamos o Citigroup, que já tinha feito outro tipo de trabalho na Petrobras e no mundo inteiro, para que apresentasse esse... E isso aí, embora seja pago e contratado, se a instituição bancária, se a instituição desse porte não concorda, eles cobram, mas não dão o parecer favorável.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sobre a compra dos 50% iniciais da Astra, V. S<sup>a</sup> já fez na exposição primeira e também no curso das perguntas.

Agora, sobre a reunião da Diretoria Executiva de 2 de fevereiro de 2006: a Diretoria Executiva apreciou a oferta final da Astra na reunião ocorrida em 2 de fevereiro de 2006. Quem defendeu o tema na reunião da Diretoria Executiva? As áreas tributária e jurídica da Petrobras se pronunciaram sobre o tema nessa reunião da Diretoria Executiva? Quais foram os pareceres dessas áreas? Além da compra de 50% da refinaria, essa reunião da Diretoria Executiva tratou de investimentos em Pasadena. Que investimentos seriam esses? Qual o montante?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, Senador, a gente pulou esse quadro aqui que o senhor me mostrou, em que aparece o valor final pago...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É porque V. S<sup>a</sup> já havia...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Já falei, não. Por favor...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Fique à vontade.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Só para destacar, porque quem não está de posse desse quadro... Acho que nem todo mundo recebeu o resumo, a apresentação que foi feita no mês passado.

Só para ressaltar que a condição final do negócio foi de 189 milhões por 50% do valor da refinaria, das ações da refinaria, e 170 milhões por 50% da comercializadora, sendo que esses 170 milhões foram comprados em duas prestações. Pagamos 85 milhões no fechamento e os outros 85 milhões só seriam pagos dois anos após. Efetivamente eles só



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

foram pagos agora em 2012, quando houve o acordo judicial do processo. Ou seja, então o valor total de 50% da refinaria e mais 50% da comercializadora foi de US\$359 milhões.

Eu queria só, desculpe-me, eu vou retroagir aqui, mas essa proposta foi aceita e aprovada pelo Diretoria e pelo Conselho. Atendendo ao bloco aqui, ela foi aprovada em 2 de fevereiro, na Diretoria Executiva. Quem defendeu o tema... no caso não é uma defesa; a Diretoria Executiva da Petrobras, em todos os projetos, se reúne semanalmente; estatutariamente ela se reúne semanalmente, e aprova dezenas de pautas, evidentemente, compras, novos projetos, um série de decisões que têm que ser submetidas à Diretoria Executiva, e aprova de forma colegiada.

Eu queria lembrar que essa negociação de Pasadena foi duas vezes, anteriormente a esta, submetida à aprovação da Diretoria, quer dizer, não foi uma única apresentação. Esse processo foi acompanhado ao longo de todo o ano de 2005, de perto, pela Diretoria Executiva, que aprova, melhor dizendo, aprova para passar ao Conselho, porque compra de ativos, na Petrobras, qualquer compra de ativos ou venda de ativos, é atribuição do Colégio, do Conselho.

As áreas tributária e jurídica se pronunciaram sobre o tema? Sim, claro, é fundamental; todos esses pareceres têm que constar da documentação que é enviada à aprovação da Diretoria. Consta da elaboração das pautas anexar todos esses pareceres, jurídico, tributário, técnico e financeiro.

E além da compra – esta é a última pergunta –; a Diretoria aprovou também uma primeira estimativa, porque ainda não havia sido definido exatamente, era uma estimativa inicial, de qual seria o investimento necessário para transformar a refinaria, na complexidade necessária, para processar óleo pesado. Então a estimativa de que se dispunha na época era de cerca de 1 bilhão, 1,3 bilhão, não me lembro exatamente, dos quais 50% seriam responsabilidade da Petrobras e 50% da Astra.

Então, o que a Diretoria aprova preliminarmente, submetido ainda a um estudo final de engenharia, e tudo isso, é o recurso necessário estimado para poder fazer frente à modificação, ao *revamp* da refinaria.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. depoente, no próximo bloco nós fizemos um número maior de perguntas, dada a relevância da matéria.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

A reunião do Conselho de Administração, no dia 3 de fevereiro de 2006, compra os primeiros 50%. Em que momento o Conselho de Administração da Petrobras tomou conhecimento das negociações para a compra de Pasadena? A decisão de comprar Pasadena foi tomada pela Diretoria Executiva no dia 2 de fevereiro, e, no dia seguinte, em 3 de fevereiro, foi submetida ao Conselho de Administração da Petrobras. Esse prazo não é muito curto para negociações como essa? Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena, a ser apresentada ao Conselho de Administração? Os integrantes do Conselho da Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? Há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido um sumário executivo elaborado por V. S<sup>a</sup>. Além da Diretoria Internacional, alguma outra área participou da elaboração desse sumário executivo? O que constava no sumário executivo? As cláusulas contratuais Marlim e Opção de Compra constaram no sumário executivo? V. S<sup>a</sup>, que conduziu as negociações, sabia da existência dessas cláusulas? Por que V. S<sup>a</sup> omitiu essas duas cláusulas no sumário executivo? Na reunião que decidiu a compra de Pasadena, em 3 de fevereiro de 2006, o que, objetivamente, o Conselho de Administração decidiu? Em resposta ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de março de 2014, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República afirmou que – abre aspas – "a aquisição pela Petrobras de 50% das ações da refinaria de Pasadena foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 3 de fevereiro de 2006, com base em resumo executivo elaborado pelo diretor da área internacional. Posteriormente, soube-se que tal resumo era técnica e juridicamente falho, pois omitia qualquer referência às cláusulas Marlim e Opção de Compra, que integravam o contrato, que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas pelo Conselho" – fecha aspas. Qual a opinião de V. S<sup>a</sup> sobre essa afirmação? V. S<sup>a</sup> acredita que se o sumário executivo contivesse as cláusulas Marlim e Opção de Compra, a compra de Pasadena seria rejeitada? V. S<sup>a</sup> se considera responsável pelo sumário executivo entregue ao Conselho de Administração da Petrobras? V. Ex<sup>a</sup> considera ter enganado a então Presidenta do Conselho de Administração Dilma Rousseff? Em 20 de abril de 2014, o jornal *O Estado de S. Paulo* perguntou ao ex-Presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli se ele – abre aspas – "se considera responsável pelo relatório entregue ao Conselho de Administração da Petrobras antes da compra da refinaria de Pasadena". A resposta teria sido a seguinte – abre aspas: "Eu sou o responsável, eu era o



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Presidente da Empresa; não posso fugir da minha responsabilidade, do mesmo jeito que a Presidenta Dilma não pode fugir da responsabilidade dela, que era Presidente do Conselho. Nós somos responsáveis pelas nossas decisões, mas é legítimo que ela tenha dúvidas." – fecha aspas. Fizemos essa pergunta ao Sr. José Sérgio Gabrielli. Queremos repetir a pergunta a V. S<sup>a</sup>: V. S<sup>a</sup> considera a Presidenta Dilma Rousseff responsável pela compra da refinaria de Pasadena? Afinal, quem é o responsável pela compra de Pasadena?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Esse é um bloco maior. Deixe-me ver aqui.

Em que momento o Conselho de Administração tomou conhecimento das negociações pela compra de Pasadena? O Conselho periodicamente é informado do andamento das negociações. De qualquer maneira, já em novembro de 2005, havia sido feito o anúncio público a todo o mercado de que estávamos negociando a parceria com Pasadena. Então, já havia sido feito esse tipo de comunicado preferencialmente ou preliminarmente ao Conselho. Portanto, entendo que tenha sido feito já a partir desse momento. Eu não me recordo de uma informação formal anterior a novembro de 2005.

A decisão de se comprar Pasadena foi tomada pela Diretoria Executiva em 2 de fevereiro? Sim. A Diretoria aprovou, como já foi visto aqui, depois de três reuniões e uma série de discussões, no dia 2. E no dia seguinte foi submetida ao Conselho de Administração. O prazo não é muito curto, porque não houve uma negociação como essa, não é uma negociação. Essa informação já havia sido encaminhada à Diretoria Executiva e já era do conhecimento. Agora, não cabe à Diretoria ou ao diretor de qualquer área estabelecer um cronograma das reuniões do Conselho. Particularmente, essa reunião do Conselho ocorreu muito próxima à reunião da Diretoria, mas não havia uma negociação, ou seja, é uma continuação do que já vinha sendo negociado.

Quem ficou encarregado de preparar a documentação referente à compra de Pasadena, a ser apresentada...? A documentação, toda ela, é preparada para a Diretoria, quer dizer, da Diretoria para o Conselho, isso é feito pela Secretaria Executiva, ou seja, cada diretor, quando encaminha uma pauta, como nós chamamos, uma proposta, um projeto, encaminha para a Diretoria. Daí em diante o encaminhamento da documentação é feito por uma estrutura ligada à chamada Secretaria Executiva, dentro da



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Petrobras, que é encarregada de repassar e de encaminhar toda a documentação necessária ao conhecimento do Conselho de Administração.

Pergunta seguinte: os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra de Pasadena? Eu não sei afirmar se receberam todos os documentos, porque isso é uma atribuição da Secretaria Executiva. Deveriam ter recebido. Agora, é evidente que é uma quantidade de documentos muito grande. São contratos de centenas, milhares de... Porque não é um só contrato. Tem contrato, tem anexos, tem pareceres. Mas essa documentação tem que ficar disponível.

Aqui, sim, há notícias de que o Conselho de Administração teria recebido... Não, existe um procedimento em que o Conselho recebe um resumo. A gente chama de "resumo executivo", onde são apresentadas as condições necessárias para a aprovação ou para a decisão do Conselho. Ou seja, o nome já diz: é um resumo, é um sumário, onde são incluídas as principais cláusulas de responsabilidade do Conselho, seja ela aderência estratégica, ou seja, aquilo que é definido pelo Conselho, aquilo que cabe ao Conselho definir na companhia, que é o planejamento estratégico da companhia, o plano de negócios da companhia e o valor, a coerência econômica do negócio.

Então, esse sumário executivo, nesse caso particular, se preocupou em mostrar todo o processo de negociação, o valor econômico e o valor estratégico. A aderência desse projeto ao plano estratégico já havia sido aprovado em 1999, e reafirmado em 2004. Tinha total aderência ao valor de aquisição, ao retorno econômico desse investimento. Então, no sumário – o nome já diz –, no caso particular de Pasadena, havia uma referência também à questão, que foi uma questão bastante discutida, acabamos de ver agora aqui, que era a distribuição gerencial, ou seja, a distribuição administrativa das novas empresas. Porque nós estávamos aprovando a participação em duas empresas. Então, todas essas informações foram colocadas no sumário. Agora, evidentemente, um sumário, ou um resumo, não apresenta todas as condições, todos os itens de um contrato de centenas de milhares de páginas. Entendeu?

Então, essa é uma prática que a Petrobras faz há muito tempo, e realmente o Conselho recebe as principais informações daquilo que são atribuições do Conselho, onde o Conselho tem a obrigação de decidir, baseado naquelas responsabilidades do Conselho, com base naquelas informações.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Sim, esse resumo foi preparado pela nossa área. Além da diretoria, alguma outra área? Não. Porque cada área apresenta o resumo do seu projeto.

O que constava do sumário executivo era exatamente o que eu acabei de dizer: todas aquelas informações necessárias e suficientes para a aprovação do projeto dentro da competência do Conselho.

As cláusulas Marlim e Put Option – a opção de compra, a opção de saída – constaram do sumário executivo? Não. Não constaram justamente porque não eram preponderantes, não eram condições que se colocam normalmente numa informação. É um detalhe contratual. Ou seja, a gente não coloca no resumo executivo detalhes contratuais, porque senão deixaria de ser um resumo, passaria a ser o próprio contrato, ou os próprios anexos, tudo isso. Então, não foram colocados, porque não teriam ou não têm, melhor dizendo, interferência nos critérios, na informação necessária para a aprovação do Conselho.

V. S<sup>a</sup> conduziu... Sabia da existência das cláusulas? Sim. Claro que eu conhecia, porque eu, como responsável pela área, aí sim, e a própria diretoria, eu tenho a obrigação não de conhecer a fundo todos os detalhes, mas eu tinha a obrigação de conhecer o contrato, de conhecer os detalhes do parecer jurídico. De tudo isso eu tinha conhecimento.

E eu não concordo aqui, desculpe... Por que V. S<sup>a</sup> omitiu? Eu não omiti essas cláusulas. Eu simplesmente... Foi simplesmente... Nós consideramos que essas cláusulas não tinham interferência, não representavam, como já foi explicado aqui, nenhum impedimento quanto à aprovação do projeto. A aprovação do projeto se dá, e isso é bem claro, por todas as condições que haviam sido trabalhadas e negociadas e pela aderência – esta palavra a gente repete muito, é quase um jargão na Petrobras – estratégica, porque é a função precípua do conselho o estabelecimento do planejamento estratégico, como tinha sido estabelecido por esse conselho. Ou seja, a expansão do refino da Petrobras e agregação de valor de petróleo pesado. Além disso, constava claramente todas as condições econômicas de aquisição e o retorno econômico desse projeto. Então, não é uma omissão. Senão, não seria só omissão do Put Option e da cláusula Marlim. Há uma série de cláusulas, de itens, de detalhes que também não constam do sumário executivo, o que não quer dizer que seja uma omissão. Eu não concordo com este termo "omissão".





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Na reunião que decidiu a compra, o que objetivamente o Conselho de Administração decidiu? O Conselho de Administração aprovou a compra, a parceria de 50% da refinaria e 50% da comercializadora, da *trading*, porque o investimento não é atribuição, o investimento individualizado não é atribuição do conselho, diferentemente da diretoria. Também isso não foi incluído, o investimento, no sumário executivo, já que não é atribuição do conselho o valor do investimento... O que é atribuição é a aprovação do valor da compra. O investimento ainda teria que ser mais bem definido.

A próxima é a 60. A minha opinião é isso que afirmei, com relação a que, se houvesse conhecimento, não seria aprovado pelo conselho. Qual é a minha opinião sobre esse assunto.

Acabei de registrar a minha opinião. Essas cláusulas não tinham importância, não têm importância na aprovação desse negócio. Essas cláusulas são cláusulas contratuais normais em qualquer tipo de associação. A Marlim é uma cláusula específica. A cláusula de saída é uma cláusula normal. A cláusula Marlim é uma cláusula específica de proteção do negócio, mas que não tinha interferência nos conceitos fundamentais, nos princípios fundamentais que o conselho deveria decidir. O conselho não decide detalhes; o conselho decide o global, o estratégico e a aderência, ou seja, a viabilidade daquele projeto.

Então, eu acho que seria o colegiado do conselho, porque o conselho não é só a presidente do conselho, o conselho é composto por nove membros, que inclusive aprovaram – e aí eu queria também destacar isto... Esse projeto foi aprovado tanto na diretoria como no conselho sem nenhuma restrição. Não houve nenhum levantamento, nenhum questionamento com relação à aprovação desse projeto. Pelo contrário. Eu estava presente na aprovação – não era do conselho, mas fazia parte da diretoria, que assiste às reuniões do conselho –, e ele foi até elogiado por alguns conselheiros, dada a total aderência, a total aceitação e o foco de internacionalização da Petrobras no mercado americano. Por isso é que eu continuo acreditando que, mesmo que tivessem sido colocadas essas cláusulas, elas não teriam tido nenhum efeito na aprovação ou não desse projeto.

Bom a pergunta seguinte é – acho que já respondi – a 62: "A compra seria rejeitada?" Aí é hipótese. Eu acredito que não, porque o que importava para a decisão, naquele momento, com aquele cenário, ou seja, com o cenário que nós tínhamos em 2005, de crescimento do mercado



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

americano, de necessidade de refino de petróleo pesado brasileiro, tudo estava incluído dentro desse negócio. Então, uma cláusula é uma cláusula de saída, e a outra é uma cláusula de proteção do negócio da refinaria.

Ora, ninguém aprova um negócio pesando numa saída; isso é um detalhe contratual. Então, certamente, não seria rejeitada.

V. S<sup>a</sup> se considera responsável? Sim, o responsável pela apresentação do resumo executivo é, cada área, no caso específico... Esse projeto é um projeto que estava sendo conduzido pela área internacional, embora a aprovação tenha sido de forma colegiada na diretoria.

E essa última pergunta, a 64, é totalmente... Eu fico... Foi-me perguntado se eu teria enganado a então Presidente do Conselho de Administração. Não! Não! Não! É evidente que não. Não só a Presidente: eu teria enganado todo o Conselho. Não! Não é...

Eu tenho uma história, e aí é... Vamos me permitir, senhores: é extremamente injusto – não a pergunta, perguntas nunca são injustas –, é extremamente injusto, depois de 34 anos, quase 40 anos de Petrobras, esse tipo de consideração, de eu ter enganado. Para mim, é inaceitável – e me desculpem a ênfase e a emoção; não estou querendo teatralizar, nem dramatizar, de forma nenhuma; como os senhores viram, essas... Eu estou plenamente convencido de que tudo o que foi apresentado, tudo o que foi encaminhado, ou seja... Porque não foi só um sumário executivo: foi feita uma apresentação também, nesse dia, ao Conselho, com os principais pontos, como tinha sido encaminhada a negociação, com a vantagem logística, ou seja, com o aspecto de integração no mercado americano dessa refinaria.

Então, não!

A pergunta 65. O senhor considera a Presidenta Dilma Rousseff responsável...? Não. Não considero porque não é uma responsabilidade. Volto a repetir: tanto na Diretoria Executiva, como no Conselho, as decisões são colegiadas e normalmente são aprovadas por unanimidade. Não existe... Conforme o histórico da Petrobras, ao longo dos anos em que tive convivência com o Conselho, com a Diretoria, são raríssimas as ocasiões em que existem divergências na aprovação, tanto da Diretoria, como do Conselho. Qualquer projeto, seja ele de área de produção, seja ele da área de gás e energia, seja ele da área de refino, seja ele da área internacional, é aprovado pelo colegiado da Diretoria. E qualquer tipo de projeto de aquisição, aquilo que diz respeito ao planejamento estratégico, à aderência estratégica a projeto de aquisição de



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

ativos, é aprovado pelo colegiado do Conselho – que também aprova, normalmente, de forma unânime.

Então, não há responsável individual, ou seja, nem a Presidente, nem qualquer outro Conselheiro é responsável, individualmente, pela compra de qualquer ativo, ou venda de qualquer ativo; como também não existe – a última pergunta então, a 67 – quem é o responsável pela compra de Pasadena. Somos todos nós! O responsável pela compra de Pasadena, que foi uma compra acertada... E isso é importante, eu quero deixar registrado: essa compra foi acertada. Eu não estou aqui... A forma que foi colocada na mídia foi como se estaria procurando um culpado. Não! Eu acho que... A compra foi uma compra acertada. Então, todos somos responsáveis. Foi um acerto coletivo. Acerto coletivo, colegiado, como é a decisão do Conselho, como é a decisão da Diretoria Executiva.

Então, não existe o responsável; existem a Diretoria, o corpo da Diretoria da Petrobras, e o colegiado, o Conselho, responsável pela decisão. Então, não há um responsável. E eu quero deixar isso bem claro porque eu não estou querendo me isentar de culpa, não. Pelo contrário, eu quero assumir! Eu sou um coparticipante dessa decisão.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Próximo bloco. (*Pausa.*)

Contrato de compra e administração de Pasadena. As empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras, relativamente à compra de Pasadena, tiveram acesso a todos os termos da negociação? Tiveram acesso à minuta do contrato? V. S<sup>a</sup> não considera leoninas, prejudiciais aos interesses da Petrobras e de seus acionistas, entre os quais a União, as cláusulas do contrato de Pasadena, especialmente as cláusulas Marlim e opção de compra ou de saída? Em 1 de setembro de 2006, foi assinado o contrato de compra de Pasadena; no mesmo dia, a aquisição foi comunicada ao mercado; qual foi a reação do mercado? Após a assinatura do contrato de compra, como ficou a administração de Pasadena? Quem passou a presidir a refinaria de Pasadena, a PRSI? Quem passou a presidir a comercializadora, a *trading*? A PRSI contava com um Conselho de Administração? Quem integrava esse Conselho? Em tese, Pasadena tinha uma capacidade operacional de 100 mil barris/dia. Mas qual era a capacidade de fato da refinaria realizada nos meses anteriores? Quantos trabalhadores existiam em Pasadena? Qual era o faturamento? Nos



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

primeiros meses de operação, o retorno operacional de Pasadena foi positivo? E o retorno financeiro também?

Seria esse bloco, Sr. Presidente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Vamos lá, Senador.

Bom, as empresas de consultoria ouvidas pela Petrobras tiveram acesso a todos os termos de negociação?

Não, tiveram acesso a cada uma das áreas para as quais foram contratadas. Ou seja, as auditorias, as consultorias financeiras, aos documentos financeiros, a Muse Stancil, à parte técnica do projeto. Quer dizer, cada consultor tem acesso àquela parte da sua especialidade, não é isso? No final é que o Citigroup recebe o conjunto disso. É o tal do *fairness opinion*. Aí, sim, recebe o conjunto. Mas as consultorias são específicas para cada atividade e, então, recebem aqueles documentos relativos à sua especialidade.

Segunda pergunta. Não, não considero leoninas. Acho que já expliquei isso. Pelo contrário, se fossem leoninas, seriam danosas à companhia. Elas não foram. A Marlim, indiscutivelmente, não foi e a Put Option é uma condição de saída, condição normal, negociada, que não foi imposta, nem para um lado nem para outro, uma condição negociada pelo nosso pessoal, já com experiência em negociações de inúmeros contratos, de inúmeras associações... Então, não há nenhuma condição leonina.

Em setembro de 2006, foi assinado o contrato. Como eu disse, após vencidas todas as etapas burocráticas e de licenciamento do mercado americano, da legislação americana, foi assinado o contrato final e foi feita uma cerimônia em Houston, em Pasadena, com a participação de todos... Aí eu gostaria de me estender um pouco. Foi uma data importante porque os empregados de Pasadena tinham passado, na época da Crown, por uma série de dificuldades e viam com muita simpatia e muito entusiasmo... Fomos o Gabrielli e eu – não me lembro de quem estava junto –, o gerente executivo da área... Nós fizemos, o Gabrielli fez um discurso em Houston, na junta comercial, uma coisa assim, com o prefeito de lá, que recebeu com muito entusiasmo o fato de uma empresa do Brasil investir naquela região. Particularmente, houve um discurso do Gabrielli, muito bem feito, aos empregados da refinaria, que depois eu vim a descobrir que eram cerca de 300. Eu até soube vendo uma apresentação aqui. Mas, conversando em particular... Eu me misturei com o pessoal... A gente conversou com os técnicos, com o pessoal de operação mais simples, e havia um entusiasmo muito grande desse pessoal porque eles conheciam e conhecem, tanto é



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

assim, a qualidade da nossa gestão de refino. Quer dizer, havia uma empolgação que eles passariam a compartilhar... Isso é uma experiência que já se repetiu. Eu tive oportunidade, como Diretor Internacional, de visitar, várias vezes, as refinarias na Bolívia, as refinarias na Argentina, e Pasadena... Estive também em Okinawa, no Japão... Havia uma expectativa muito grande quanto à melhoria e às condições de relacionamento de trabalho, não tanto pelo salário, porque o salário é uma questão que é muito bem defendida pelo sindicato, mas pela questão do relacionamento. Então, esse dia foi um dia de muita satisfação lá para a comunidade, para o pessoal da refinaria.

A administração de Pasadena...

Ah, sim, a reação do mercado foi muito positiva, porque é uma demonstração do crescimento, da ampliação, da internacionalização da Petrobras nessa área.

A administração de Pasadena ficou dividida em duas companhias. Nós tínhamos a PRSI, que era a refinaria, e a PRST, que era a *trading* – T de *trading* – da comercialização.

Eu não me recordo – aí teria que pedir informação ao pessoal da Petrobras, que deve ter essa informação – quem passou a ser o Presidente da... Eu sei que isso foi uma questão principalmente na área de comercialização, que envolveu uma série de negociações e discussões, porque essa administração envolvia o nosso pessoal aqui de *trading*, da comercialização, subordinado à área de abastecimento, em que houve uma negociação de equilíbrio das diversas áreas de comercialização, porque em comercialização existem especificidades quanto aos produtos vendidos.

A comercialização de gás de cozinha é diferente da comercialização de gasolina, que é diferente da comercialização de diesel. Isso eu aprendi com mais detalhe agora, esses anos em que passei na BR Distribuidora. Quer dizer, cada produto tem umas condições e uma característica própria de negociação.

Existem especialistas. Existe o especialista em venda de gás de cozinha. Existe o especialista em querosene; querosene de aviação. Então, para tudo isso houve uma negociação bastante demorada para o estabelecimento de quem seriam os responsáveis nessa divisão de 50%. Agora, os nomes eu francamente não me recordo.



Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

No Conselho de Administração nós criamos o...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Sim, havia o... Foi criado o famoso... Foi até colocado no jornal. Nós criamos um super comitê, o super *board*, que seria para as decisões em que não houvesse... pelo fato de ter cinquenta a cinquenta, em que não se chegasse a um equilíbrio, a um consenso. Então, esse super *board* decidiria as questões polêmicas.

Pasadena tinha a capacidade de cem mil barris por dia. Tinha e tem. Ela sempre operou com cem mil... Bom, evidentemente, não em parada de manutenção ou algum problema, mas é a capacidade dela, que está operando hoje com cem mil barris por dia.

Quantos trabalhadores existiam em Pasadena? Eu fiquei sabendo disso... Não tinha esse número e me disseram que era em torno de trezentos.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu não sei. Na época acho que era até mais gente. Pelo menos naquele dia eu não sei se eram os funcionários ou eram convidados, porque a refinaria estava cheia de gente. Então, não sei se todo mundo ali era funcionário ou era amigo do funcionário, ou era funcionário contratado, porque lá a parte de manutenção, essas partes de apoio não são compostas por empregados... Diferentemente das nossas refinarias, a área de manutenção, as áreas de apoio que não são estritamente ligadas à operação da refinaria não são contratados da refinaria. Então, provavelmente, muitos deles não eram contratados de Pasadena.

Nos primeiros meses de operação, o retorno operacional de Pasadena foi positivo? O retorno operacional foi, o retorno financeiro não, porque repare que tínhamos acabado de fazer um investimento considerável e mesmo naquela época as margens eram positivas, mas até retornar o custo financeiro envolvido... Então, havia um retorno operacional positivo, mas o retorno financeiro leva algum tempo até se pagar e depois disso a refinaria sofreu a contração do mercado americano, em 2008, 2009, com a queda, a grande crise no mercado americano, que só se recuperou recentemente, em 2013, aí já por um fator novo, porque entra aquela questão do ciclo de refinaria.

Refinarias não são feitas para operar, não são compradas para operar a curto ou médio prazo, refinarias são para dezenas de anos. Então, ao longo desses – nós compramos em 2006 – oito anos, essa refinaria já



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

passou por fases de resultado negativo, devido ao mercado americano ter se retraído, e fases de resultado extremamente positivo, como agora está ocorrendo. Foi uma série de circunstâncias que...

Existe uma oferta enorme de petróleo leve ou de condensado leve, produzido através... Essa revolução energética americana. Os Estados Unidos mudaram o perfil da situação energética. Nos Estados Unidos, pela primeira vez depois de muitos anos existe um projeto, no Congresso Americano, mudando a legislação americana, que vai permitir que os Estados Unidos exportem petróleo. Desde a década de 70, da primeira crise do petróleo, é proibido por lei exportar petróleo americano. Então, a revolução que o gás de xisto e o petróleo de xisto causaram no mercado americano e no mercado mundial é tão grande que já existe um projeto, no Congresso americano, para aprovar, para reformar a lei que permita liberar mercado...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Isso é liberdade do mercado.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Ah! Sim, a liberdade de mercado. Mas... É, Senadora, é isso mesmo.

E eles vão fazer um negócio fantástico. Durante muitos anos, os americanos construíram uma série de estações de recebimento de gás liquefeito para importar gás. Eles estão fazendo estações para exportar gás. Os Estados Unidos vão começar, acho que já começaram, a exportar gás. Com isso, mudou completamente o cenário e favoreceu particularmente a questão da Refinaria de Pasadena.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Além de liberdade de mercado é nenhuma intervenção do Estado na economia também.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, isso é a (*Ininteligível.*) americana.

Bom, é isso.

Próximo grupo, Senador.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco, Sr. Presidente.

Projeto de ampliação da Refinaria de Pasadena.

Há notícias de que os estudos de engenharia e avaliação econômica para ampliação da Refinaria de Pasadena, o chamado Revamp, tiveram início em fevereiro de 2006, antes, portanto, da conclusão do negócio. O que pretendia a Petrobras com o projeto de ampliação? Quando



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

os estudos foram concluídos? Quais foram os resultados? Quanto a Petrobras deveria investir para viabilizar a ampliação? Quem realizaria os desembolsos à Petrobras ou à PRSI Refinaria Pasadena?

Esse é o bloco, Sr. Depoente.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, já foi comentado isso, Senador. Os estudos foram iniciados tão logo se chegou ao acordo final. Na realidade, os estudos não se iniciam visando à ampliação. Os estudos se iniciam visando à adaptação, ou seja, o Revamp da Refinaria para processar óleo pesado. O que acontece é que, ao longo do desenvolvimento dos estudos que foram conduzidos pelo nosso pessoal, altamente capacitado, juntamente com o pessoal técnico da PRSI, vislumbrou-se, dadas as condições de possibilidade de ampliação, que haveria muito mais vantagem econômica em duplicar a Refinaria do que somente adaptá-la para processar petróleo pesado. Então, isso se inicia logo e, ao longo de 2006, enquanto ocorre a fase de aprovação na legislação americana, os estudos continuaram e mostraram claramente que o projeto de duplicação tinha uma rentabilidade muito superior ao simples projeto de adaptação. Que eu me lembre, eu disse: "Está aqui incluído o projeto..." Evidentemente também tinha um custo muito mais elevado do que o projeto de adaptação. O projeto de duplicação tinha um custo de cerca de US\$3 bilhões contra US\$1,2 bilhão ou US\$1,3 bilhão do projeto de adaptação, mas o retorno econômico era extremamente mais elevado. A taxa de retorno que foi desenvolvida na época foi de quase 19% e um VPL, um Valor Presente da duplicação, da ordem de US\$3,5 bilhões, muito superior ao projeto, simplesmente o que estava no contrato, que era o projeto de adaptação somente, daí todo o nosso interesse e persistência em caminhar com o projeto de duplicação e daí, inclusive, é que surge o conflito, conflito ou a cisão, entre a decisão nossa, a Petrobras, e a decisão da Astra de não investir o recurso necessário, embora o pessoal técnico, o pessoal que administrava junto com a gente, nossos parceiros, estivesse plenamente convencido da vantagem e tivesse defendido essa duplicação, só que o alto comando, não sei como se chama na Bélgica, da Astra, isso não foi dito pelo *CEO* da Astra, tinha opções melhores, na visão deles, de utilização desses recursos.

Bom, os estudos foram concluídos mais ou menos no final de 2006, 2007. Os resultados foram esses que acabei de dizer. Nós tínhamos duas alternativas: uma muito melhor do que a outra. A Petrobras deveria investir metade do total, ou seja, de US\$3,5 bilhões, deveria investir





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

US\$1,5 bilhão ou então US\$700 milhões, US\$800 milhões, no projeto mais simples. E quem realizaria o desembolso seria 50% não é a PRSI, a Refinaria, quer dizer, o investimento seria realizado totalmente pela Refinaria, pela PRSI, que é uma empresa, porque o investimento seria feito no mercado americano. Então, o investimento seria feito pela nova empresa, pela PRSI, da qual a Petrobras tinha 50% e a Astra 50%

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximos blocos: divergências entre a Petrobras e a Astra.

Qual a opinião da Astra sobre o Revamp, que é exatamente o investimento? Além do Revamp, existiram outras divergências entre a Petrobras e a Astra? Quais? Quando as divergências apareceram, de quem partiu a ideia de que a Petrobras adquirisse os 50% remanescentes de Pasadena? Em depoimento a esta CPI, o ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli fez referência a uma reunião ocorrida em Copenhague entre a Petrobras e a Astra. V. S<sup>a</sup> participou dessa reunião? Quem estava presente na reunião? Qual era o objetivo da reunião? Quais foram os encaminhamentos? O ex-Presidente Lula participou dessa reunião? V. S<sup>a</sup> tem conhecimento de alguma reunião entre o ex-Presidente Lula, o ex-Presidente da Petrobras, Sr. José Sérgio Gabrielli e representantes da Astra?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Bom, a opinião da Astra... Existem duas opiniões da Astra, Senador, que é a da Astra de Pasadena, ou seja, o pessoal técnico, o pessoal de administração da PRSI, da Astra; e, outra, é a opinião do alto comando da Astra. Como eu acabei de dizer, o pessoal, nossos parceiros estavam plenamente convencidos da vantagem econômica da duplicação do projeto. O alto comando, os donos da Astra, não sei... Não achavam... Tinham... Isso foi claramente explicado nessa reunião que está mencionada na pergunta é a seguinte. Nessa reunião de Copenhague, ficou evidenciado pelo Presidente da Astra, belga, Sr. Winget, que a Astra não acompanharia os investimentos necessários; ou seja, eles tinham alternativas melhores de investimento do que a ampliação da refinaria.

As divergências entre a Petrobras e Astra... Havia divergências, mas eram divergências de menor importância. Eram divergências da acomodação, ou seja, do estabelecimento da normalidade operacional, principalmente na área de comercialização, como expliquei, uma área de negociação. Na Refinaria, não havia, praticamente, nenhuma divergência. Mas a principal divergência não foi da questão do dia a dia, da



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

questão operacional, foi quando se discute, quando se leva à aprovação o investimento necessário à duplicação.

Então, dessa reunião em Copenhagen entre os dois Presidentes, eu participei dessa reunião, participou o gerente executivo da área internacional responsável pelos Estados Unidos e participou o diretor de abastecimento, à época, Diretor Paulo Roberto, porque era uma área ligada ao refino e à comercialização.

O objetivo da reunião foi exatamente este: reunir os dois principais executivos, que o mercado chama de CEOs, da Astra e da Petrobras, para a tomada de decisão final. Isso é comum. Quando duas grandes empresas que, no caso, não chegam a um acordo, junta... Vamos chamar o chefe para decidir, não é isso? A pergunta... O objetivo era este: vamos decidir para... Ou decide ou vai embora. No caso, a Astra não manifestou interesse, confirmou que não haveria interesse. Então, passou a decisão ser de um comprar o outro. E nós tínhamos interesse de continuar. Fazia parte de nosso planejamento estratégico – não conheço o planejamento estratégico da Astra; mas, no nosso caso, era plenamente integrado a nosso projeto – duplicar e ampliar nossa participação no mercado americano, daí nosso interesse de comprar a totalidade da Refinaria e a totalidade da comercializadora.

O ex-Presidente Lula participou dessa reunião? Acho que existe uma... Só para esclarecer, essa reunião se dá em Copenhagen, porque, coincidentemente, a diretoria da Petrobras, juntamente com o Presidente Gabrielli, acompanhou uma missão do Presidente Lula à Escandinávia e, nós, aproveitando a viagem, para não ter de viajar só para isso, convidamos o CEO da Astra para fazer a reunião em Copenhagen, mas não houve nenhuma participação.

Essa última pergunta, eu não tenho conhecimento como não houve nenhuma reunião do Presidente Lula e do Gabrielli com o representante da Astra. A reunião que houve foi do Gabrielli, comigo e com o Paulo, com o senhor da Astra.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) –  
Próximo bloco: negociação dos 50% remanescentes.

Em 30 de setembro de 2007, a Petrobras América enviou carta ao Presidente da PRSI Refinaria de Pasadena oferecendo U\$550 milhões pelas ações da Astra na refinaria e na comercializadora. Essa informação está correta? A Diretoria Executiva da Petrobras tinha conhecimento dessa



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

carta? Além do valor ofertado, o que mais continha nessa carta? Qual foi a resposta da Astra?

É verdade que a Astra pediu – isso aqui V. S<sup>a</sup> já até adiantou – U\$1 bilhão pelas ações da refinaria e da comercializadora? Esse valor era adequado ao mercado? Em 18 de outubro de 2007, a Diretoria Internacional enviou carta à Astra oferecendo U\$650 milhões pelas ações da refinaria e da comercializadora. A Diretoria Executiva da Petrobras tinha conhecimento dessa segunda carta? Qual foi a resposta da Astra? É verdade que a Astra apresentou uma contraproposta de U\$700 milhões? V. S<sup>a</sup> também já adiantou parte dessa resposta. A que se deve essa redução de U\$1 bilhão para U\$700 milhões? A Diretoria Executiva da Petrobras tomou conhecimento dessa contraproposta? Qual foi a resposta da Petrobras à contraproposta? Em 14 de dezembro de 2007, a Petrobras constituiu um grupo de trabalho para realizar diligência prévia referente à compra dos 50% remanescentes. Quais foram as conclusões do grupo de trabalho? A Petrobras contratou alguma consultoria para avaliar a compra dos 50% remanescentes? Quais? A que conclusão chegaram as consultorias? Em 21 de fevereiro de 2008, a proposta de aquisição dos 50% remanescentes foi submetida à aprovação da Diretoria Executiva da Petrobras. Qual foi a decisão da Diretoria?

Seria, nosso depoente, esse bloco.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Está bom, Senador. Bom, como eu disse, a gente viu, não é? Em setembro ocorre essa reunião em que ficou claramente definido que não haveria possibilidade de a Astra participar. Então, em função disso, ficou acertado que seria iniciada uma negociação entre a Petrobras e a Astra para resolver o problema de maneira acordada, ou seja, negocial.

A Petrobras iniciou o processo oferecendo U\$550 milhões, que foi o valor estimado pelo nosso pessoal, apoiado principalmente pelo valor que nós tínhamos do projeto. Ou seja, não é um diletantismo que a Diretoria resolveu: "Ah, vamos comprar 50%". Não foi isso. Havia, de novo, esse projeto fazia parte, era um objetivo estratégico de colocar essa refinaria nos Estados Unidos processando petróleo pesado. Havia um retorno econômico altamente significativo. Então, esses valores negociados ou ofertados correspondem a uma parcela do nosso retorno. Ou seja, esse valor seria plenamente coberto pelo retorno do projeto, que ia ser feito, de ampliação da refinaria.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Então, essa informação está correta. Nós ofertamos inicialmente U\$550 milhões. E esse processo todo de negociação que está listado nesse bloco aqui foi acompanhado pela Diretoria Executiva. Embora não tenha havido reuniões específicas, mas a Diretoria Executiva conversa entre si. Ou seja, os Diretores não se reúnem somente em um dia específico. Os Diretores se reúnem todos os dias e discutem as questões importantes e que estão, no momento, preocupando a companhia. Então, a cada momento, a cada negociação, isso é acompanhado por toda a Diretoria Executiva.

Então, a Astra, a partir dessa primeira proposta, ela faz uma contraproposta, sabedora do interesse que nós tínhamos e do retorno econômico desse projeto porque ela tinha participado, ela participava dos estudos e tinha conhecimento. O pessoal da Astra tinha conhecimento de qual o valor econômico desse projeto. Então, ela pede U\$1 bilhão, que faria... Se o senhor lembra, o retorno econômico, o valor presente desse projeto era de US\$3,5 bilhões. Então, a Astra se julga no direito de tomar uma parte desse valor. Só que consideramos inaceitável esse nível e chegamos, então, aumentamos um pouco. Aí é uma questão negocial, aumentamos até 650, o que a Astra, então...

E manifestamos, claramente, que não passaríamos desse valor. A Astra ainda negociou e fez essa contraproposta de 700 milhões. E aí, sim, para poder referendar esse valor, contratamos uma série de consultorias, criou-se um grupo específico, que é o que está mencionado aqui, em 14 de dezembro, até conduzido pela área financeira, e, de novo, contrata-se o Citigroup, para fazer a validação da compra desses segundos ou segundo 50% do projeto da refinaria e da comercializadora.

De posse de toda essa que a Astra..., aceitamos a contraproposta da Astra. Isso, inclusive, faz parte de uma carta que foi tema até de polêmica, porque assinei, encaminhei uma carta, dizendo que concordávamos com o valor de 700 milhões, mas que isso teria que ser submetido ao Conselho e à Diretoria. A Astra tentou utilizar, isso já na fase posterior, na fase de disputa judicial, como se isso tivesse sido um compromisso já formal, e isso foi descartado, foi descaracterizado pela Justiça americana, porque essa carta era, simplesmente, uma referência, tanto que, depois dessa carta, é que são completados os estudos, a avaliação econômica e a opinião do Citigroup que referenda o valor de 700 milhões.

Aí, já indo direto para a última pergunta, em 21/2, quer dizer, após todo esse trabalho de avaliação técnica e de confirmação, ou de



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

validação do Citigroup, em 21 de fevereiro de 2008, a Diretoria Executiva aprova a aquisição no valor de 700 milhões. Mas aí vamos recordar, a gente devia ainda a segunda parcela da compra da Trading, de 85 milhões. Então, o que a Diretoria aprova é o pagamento, 700 milhões, e o pagamento da prestação que vencia exatamente naquela época, no início de 2008, porque havia esse convencimento na Diretoria. Quer dizer, embora já os cenários começassem, tivessem se modificado, mas ainda havia o convencimento de que era um bom negócio continuar investindo na refinaria de Pasadena.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Próximo bloco. Reunião do Conselho de Administração de 3 de março de 2008 rejeita a proposta de compra dos 50% remanescentes. Em que contexto se deu a reunião do Conselho de Administração em 3 de março de 2008, que rejeitou a proposta de compra dos 50% remanescentes de Pasadena? Os integrantes do Conselho de Administração receberam todos os documentos referentes à compra dos 50% remanescentes? O sumário executivo referente aos 50% remanescentes informava todas as consequências contratuais da rejeição da compra? Por que o Conselho de Administração resolveu rejeitar a proposta de compra dos 50% remanescentes?

São essas, nobre depoente, nesse bloco que estamos abordando.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Senador, aqui há uma pequena correção.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pois não.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não é uma correção, desculpe-me. Na realidade, o Conselho de Administração do dia 3 foi o Conselho no qual eu fui substituído, ou seja, é atribuição do Conselho a nomeação e substituição de diretores tanto da Petrobras, como da BR. Esse Conselho, inclusive, eu já não participei. Quer dizer, não participei como convidado, o Diretor não faz parte; o único membro da Diretoria Executiva que faz parte do Conselho é o Presidente da companhia, mas os demais diretores são convidados para esclarecimento, faz parte da liturgia das reuniões do Conselho da Petrobras.

Então, nessa reunião, não participei, porque já tinha sido informado de que eu iria ser substituído. E a correção é a seguinte: nessa reunião do Conselho, não foi apreciado esse projeto. Quer dizer, a pauta só foi apreciada na reunião no mês seguinte, o Conselho se reúne uma vez por



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

mês. Então, isso só foi apreciado no mês seguinte, em abril. Daí em diante, até a reunião da Diretoria, que foi a minha última reunião de Diretoria, em 21 de fevereiro, aliás, a penúltima, porque a reunião é semanal, eu sei como foi feito o encaminhamento de tudo isso. Daí em diante eu imagino que sim, que tenha recebido, porque isso faz parte da atribuição, da documentação que tem de ser enviada. É uma documentação que já tinha sido aprovada pela Diretoria Executiva.

O que acho importante aqui, e gostaria de destacar, Senador, é que o contexto e a pergunta dão margem a essa resposta, o contexto em que o Conselho aprecia essa questão da compra, do dispêndio de 780 milhões para a compra dos outros 50%, já se dá num cenário totalmente diferente, embora, em curto espaço de tempo, entre 2006 e 2008 – acho que falei isso no começo –, a Petrobras, a história do Brasil, em termos de energia, muda. Em 2007, com a confirmação do pré-sal, os Senhores devem se lembrar do impacto. É que a gente ainda não teve a oportunidade, vai levar algum tempo para a sociedade brasileira desfrutar dessa nova realidade de produção de petróleo que o Brasil vai dispor dentro de poucos anos. Já está começando a crescer a produção de petróleo, mas é extraordinário, nenhum país do mundo dobra a capacidade de produção, e não é dobrar de 100 para 200 mil barris, é mais do que dobrar, nós estamos passando de 2 milhões de barris por dia para quase 5 milhões. Podemos contar nos dedos de uma mão quantos países no mundo produzem mais de 5 milhões de barris por dia. Essa é uma realidade completamente diferente. Nós temos a Arábia Saudita, a Rússia, o Iraque, que não está produzindo, os Estados Unidos, que produzem mais, e acabou. Os demais, os grandes produtores do Oriente Médio, não passam de 2, 3 milhões de barris/dia. Então, o Brasil passa a ser o quinto ou sexto maior produtor de petróleo do mundo. Então, esse cenário é completamente diferente. Para isso precisa de recursos extraordinários também, a Petrobras, porque, no caso do pré-sal, toda a responsabilidade é da Petrobras. Então, em 2008 esse cenário já estava confirmado, não é uma ilação, já tinha sido anunciado formalmente, no final de 2007. Em abril de 2008, quando o Conselho, aí sim, olhando do ponto de vista, embora a Diretoria tivesse aprovado, mas é função do Conselho o planejamento. A visão estratégica da Companhia é uma atribuição inerente ao Conselho. O Conselho, dentro dessa visão confirmada, de nova realidade de produção de petróleo, de nova realidade de investimentos necessários da Petrobras, que tem se confirmado ao longo desses últimos quatro anos, muda e resolve não aprovar, porque não é



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

aprovar simplesmente a compra de 780 milhões, volto a insistir nisso. Esse projeto nunca foi realizado como aprovado. Os 780 milhões significavam uma parcela para a aquisição dos 50% restantes. Daí em diante – isso já tinha sido aprovado na Diretoria –, era continuar realizando o projeto em que a Petrobras teria de despende mais de US\$ 3 bilhões para poder viabilizar a duplicação da refinaria, que seria extremamente rentável, mas menos rentável e menos estratégica do que a criação do pré-sal.

E aí mais um fator se soma a isso, a gente tem também que o mercado brasileiro, fruto de uma série de medidas do Governo, tem um incremento enorme no consumo de combustíveis. Então, o cenário de mercado estagnado de combustíveis cresce 60% em quatro ou cinco anos, o que obriga... Nós estamos com carência de refino. Aquele excedente de petróleo que tinha de ser refinado fora do país, que era o cenário de 2004, 2005, muda completamente em 2007/2008. Em pouco tempo passam a ser necessárias urgentemente as refinarias novas que estão em projeto, em construção no Brasil. Quer dizer, é uma decisão que cabe ao Conselho e foi acertada. A visão da Diretoria é mais focada naquele projeto, a visão do Conselho foi uma visão mais... Esse é o contexto em que estaríamos comprometendo US\$ 4 bilhões para concretizar uma obra viável, rentável sem dúvida. Claro, é um bom projeto; mas existem inúmeros bons projetos que são sacrificados. A Petrobras tem centenas de bons projetos que são sacrificados; não é só Pasadena. Pasadena é um dos projetos que não foi realizado. Agora, não quer dizer que não fosse um bom projeto. É um projeto muito bom. Não do mesmo porte, do mesmo valor do pré-sal; evidente isso.

É isso que eu quero... O contexto para mim é importante, porque é o contexto histórico e que muda em muito pouco tempo. Quer dizer, a gente passa de um cenário de não haver mercado para refinar o nosso petróleo; ao contrário, agora nós estamos precisando refinar muito mais do que a gente refina.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. deponente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, a partir desse último bloco, quem assumiu a Presidência da Diretoria Internacional da Petrobras foi o Sr. Jorge Zelada. Portanto, como nós já o convocamos, eu acredito, Sr. Presidente Senador Vital do Rêgo, que ele terá mais dados para responder os quesitos posteriores a 2008.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

E finalizo, Sr. Presidente, com uma única pergunta: V. S<sup>a</sup> foi demitido da BR Distribuidora. O que motivou a demissão? E, aqui, Sr. Presidente, é a última pergunta por parte do Relator.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe, é que...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – É o item 125.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Cento e vinte e cinco. Ah, sim. O senhor está...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Os demais eu vou deixar para o outro Diretor Internacional.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não. Realmente, a partir do dia 3 de março de 2008, eu fui substituído na Diretoria pelo Jorge Zelada e assumi a Diretoria Financeira. Então, quer dizer, eu acompanhei esse processo todo, mas de longe, já não tendo interferência no projeto.

Aí o senhor já passou para o 125.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – O item 125.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Em março deste ano, V. S<sup>a</sup> foi demitido da BR Distribuidora. O que motivou a demissão?

Senador, a demissão e indicação de diretores, na Petrobras e na BR Distribuidora, é atribuição do Conselho de Administração. O Conselho de Administração da Petrobras é praticamente, sempre foi o mesmo que o Conselho de Administração da BR. A partir de três anos para cá, com a entrada de um dos representantes dos empregados no Conselho, é que existe uma diferença de um só membro, que é o representante dos empregados. Então, a não ser por esse representante, o Conselho da Petrobras e da BR são exatamente os mesmos.

E, como eu disse, é atribuição do Conselho: a indicação, a substituição e aprovação dos nomes para a Diretoria Executiva. Essa pergunta tem que ser feita aos membros do Conselho de Administração da BR, porque não existe nenhum motivo, assim, do tipo...

Pelo contrário, como eu acabei de... E, aí eu quero, mais uma vez, registrar o fato: eu fiquei seis anos à frente da Diretoria Financeira; evidentemente que não é mérito meu, ou só meu – pelo menos eu tenho uma parcela desse –, ter levado o lucro da Petrobras, da BR Distribuidora a cerca de US\$1 bilhão.

Aí, uma coisa que eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar: a grande capacidade... Para mim foi uma experiência muito agradável e





*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

muito prazerosa ter sido Diretor Financeiro da BR Distribuidora – depois de 35 anos de Petrobras – e ter sido Diretor Internacional da Petrobras. Foi ter conhecido a dinâmica de uma empresa como a BR Distribuidora.

E, aqui, eu mando uma mensagem de agradecimento aos meus colegas da BR Distribuidora pela oportunidade que me foi dada de poder comandar a área financeira da BR Distribuidora; e não só isso, por ter conhecido e ter convivido com profissionais de alta competência, de alta capacidade, em um mercado bem diferente do que a Petrobras trabalha.

O mercado da BR Distribuidora é um mercado altamente competitivo, é um mercado em que as margens são muito apertadas. E sobre a qualidade técnica do nosso pessoal da BR Distribuidora, eu quero aqui deixar registro. Foi um prazer e foi uma satisfação muito grande ter podido participar desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós agora vamos transferir...

Obrigado ao Dr. Cerveró pelas suas respostas esclarecedoras à Comissão.

Eu consulto a colega Senadora Vanessa Grazziotin se tem perguntas também a fazer, depois das 101 perguntas feitas pelo nosso Relator, que tem, de forma competente, conduzido esta investigação. Ao tempo em que determino à Secretaria providenciar a convocação do Sr. Jorge Zelada, que está aprovada por força de requerimento nesta Comissão. Peço que a Secretaria ultime a convocação dessa testemunha.

Temos requerimentos a serem aprovados, que não poderão ser deliberados no dia de hoje em virtude da ausência de quórum qualificado para tanto, mas precisam ser anunciados, até para conhecimento público, quais serão os próximos requerimentos a serem convocados.

Antes da Senadora Vanessa, me permita só, para efeito de pauta, nós estamos, na próxima terça-feira, atendendo ao Requerimento nº 76, do Senador Anibal Diniz, convocando o Sr. Altamiro da Motta Ferreira Filho, gerente de implementação de empreendimentos de unidades estacionárias de produção, para prestar esclarecimentos sobre segurança nas plataformas. Estamos requerendo, através do Requerimento nº 77, do Senador Humberto Costa, toda a documentação referente à operação Lava Jato.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

Também estamos requerendo à 13ª Vara Federal de Curitiba, Proposta de Requerimento nº 78, a cópia da operação Lava Jato.

E convocando, no Requerimento nº 79, o Sr. Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobras, para prestar esclarecimentos.

Ao tempo em que requeremos ao STJ, por força do Requerimento nº 80, cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol, relativamente à refinaria de Bahía Blanca.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Bom, Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentar o Dr. Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, e dizer que não tenho exatamente perguntas a fazer. Nosso Relator não abre esse espaço.

E lamentar, Presidente, que não tenhamos quórum neste momento.

Mas antes de fazer esse lamento, eu quero aqui prestar minha solidariedade ao nosso companheiro, que tem sido muito presente e ativo, não só nesta CPI, mas em todos os trabalhos da Casa, Humberto Costa, que, aliás, é o Líder, que não está por conta do ocorrido, o falecimento de seu pai no dia de ontem.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu quero me somar a V. Exª e, em seu nome, participar à Comissão a saudade e o lamento, as nossas condolências ao companheiro da Comissão, companheiro Senador Humberto Costa, cujo falecimento prematuro de seu pai se deveu ontem. Estava na Comissão de Constituição e Justiça. Nós já fizemos esse registro na Comissão de Constituição e Justiça, e quero fazê-lo motivado pela boa lembrança de V. Exª.

Também informando, para não interromper mais a Senadora Vanessa...

**A SRª VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não, imagina!

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... também informando aos senhores, aos profissionais de imprensa e aos companheiros da CPI que nós teremos na próxima terça-feira a Drª Graça Foster, Presidente da empresa Petrobras, às 10 horas, sempre às 10 horas e 15 minutos, no dia 27.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

E no dia 29 foi convidado o Ministro José Jorge, atendendo também a requerimento de V. Ex<sup>as</sup>, o Ministro José Jorge e o Sr. Jorge Zelada.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Presidente, mas antes de fazer minhas observações sobre a participação do depoente e as perguntas do nosso Relator, eu quero perguntar a V. Ex<sup>a</sup>, que eu ouvi os requerimentos que serão votados proximamente, se já foi aprovado o requerimento que solicita também cópia do processo que tramita na vara do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está nos requerimentos a serem aprovados na próxima terça-feira.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Porque eu ouvi Lava Jato, apenas essa operação. Não ouvi...

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É o segundo requerimento, o Requerimento nº 78, sobre a 13<sup>a</sup> Vara Federal do Paraná.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exato, do Paraná, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Mas, Presidente, quero infelizmente lamentar, lamentar o fato de que nós não tenhamos aqui os membros da Comissão, sobretudo aqueles que lutaram muito para que esta Comissão fosse instalada. Justiça temos que fazer. De fato, lutaram muito para que a CPI fosse instalada, mas, agora, ao invés de participarem, preferem ficar nominando a CPI de "CPI amiga", de "CPI chapa branca". Imagina! Com todo esse conjunto de questionamentos?! Imagina!

Eu acho que, talvez, o que eles querem, Senador Pimentel, é chegar aqui e dizer: "o senhor se sente traído..." Mas a pergunta foi feita: "O senhor acha que as cláusulas foram leoninas? O senhor se sente traído?" A diferença, talvez, esteja na forma como os questionamentos pudessem ser feitos. Mas eu creio que o importante não é a forma; o importante é o resultado. E o importante não para nós, Senador Pimentel, que estamos aqui na CPI, mas para o Brasil, principalmente para a população brasileira. Tudo que estamos falando aqui, das cifras inclusive, refere-se a recursos



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

que não são nossos, mas do povo brasileiro; são recursos do Estado brasileiro. E que bom que seja assim!

Quem sabe, em outra oportunidade e se a história do Brasil não fosse a história escrita da forma como está sendo escrita, nós não estaríamos tratando aqui da Petrobrax e, assim, não mais de recursos brasileiros? Talvez sequer estaríamos tratando disso aqui.

Mas é nesse sentido que quero dizer que hoje, Senador Pimentel, os jornais estampam uma matéria... Aliás, basta ler um, porque todos são iguais no teor da notícia, na forma como a matéria é escrita e na ordem, absolutamente tudo – incrível! Inclusive, quem é entrevistado e quem faz as observações. Mas, enfim, eles trazem uma notícia que não é bem nova, mas que esboça um outro detalhe de todo esse procedimento: o Juiz Sérgio Moro encaminhou, a pedido da Polícia Federal, parte do inquérito. E, ali, está dito o seguinte – e abrem-se aspas, ou seja, não é a imprensa que diz, mas o relatório do Juiz que diz: "a refinaria teria sido comprada por valores vultosos, em dissonância com o mercado internacional, o que reforça a possibilidade de desvio de parte de recursos para o pagamento de propinas".

Eu só quero que o senhor me responda – e creio mesmo que essa questão já está respondida, pelo senhor inclusive, durante as respostas às mais de cem perguntas feitas –, só para ficar muito claro. O senhor concorda – sim ou não – com essa afirmação de que "a refinaria foi comprada por valores vultosos, em dissonância com os valores de mercado"? Sim ou não? O senhor concorda com essa afirmação?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Eu posso... Desculpe Senadora, mas se a senhora quiser que eu responda apenas "sim" ou "não", respondo que não evidentemente.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Claro. Pronto.

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Mas, só repetindo, foi mencionado aqui que essa refinaria, mesmo depois da disputa judicial... Porque, aí, já envolve aí uma questão de arbitragem. Mas ela custou US\$550 milhões – a refinaria –, o que corresponde a um valor de US\$5,5 mil/barril. Ora, isso não somos nós; não é a Petrobras; isso é o mercado. Esses são dados históricos. O valor médio de aquisição de refinarias, naquele momento, naquela época (2006, 2007), era de cerca de US\$9 mil, US\$9,6 mil, uma coisa assim, mas acima de US\$9 mil. Assim, nós compramos... Na realidade, quando a gente compra os 50%, o valor é até



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

abaixo, mas, com todo o desenrolar do processo, ficou por US\$550 milhões. Quer dizer, um valor muito abaixo da média de aquisições no mercado americano de refinarias.

Então, essa questão de "vultosas" é extremamente subjetiva. Evidentemente, não se trata de eu concordar ou não; é uma questão da realidade histórica, da realidade de mercado. É uma realidade! Naquele momento, nós compramos uma refinaria extremamente bem localizada, extremamente bem integrada ao mercado americano, com condições de ser ampliada, mas que, infelizmente, nós não conseguimos concluir o projeto aprovado na época.

Essa refinaria custou quase metade do valor médio de aquisições de refinarias no mercado. Então, se é vultoso é uma questão subjetiva. Era o valor de mercado da época... Perdão, Senadora, era um valor bem abaixo do valor de mercado à época.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Pois então. Mas, agora, só para fazer uma breve correção. Parece-me que este é um documento da Polícia Federal encaminhado ao Juiz Federal.

O senhor já foi ouvido pela Polícia Federal no inquérito?

*(Pausa.)*

O senhor não foi chamado?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – O senhor nem recebeu perguntas, questionamentos, para serem respondidos?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não, nenhuma pergunta. Não.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Absolutamente nada?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Nada.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nem pelo Poder Judiciário? Nada?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Desculpe? Não, não.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nem pelo Poder Judiciário, também?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não, não, nada.



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Não?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – Não.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Aqui fala também, na mesma matéria, tratando desse mesmo documento encaminhado pela Polícia Federal para o Poder Judiciário, que estaria sendo apurado, até por conta dessa primeira premissa. A premissa número um, qual é? É o superfaturamento, o preço exagerado, absurdo, e que isso foi feito para que grupos criminosos se aproveitassem, desviassem recursos públicos. Isso tem que ser respondido à população. Eu tenho certeza: o Relator não fez cento e poucas perguntas – está aqui desde 10h da manhã – à toa! É nosso dever, é dever do Senado. Aliás, é dever de quem pediu a CPI aqui estar! É dever! Isso nós vamos ver. Vamos instalar, provavelmente vai ser instalada, tudo indica, semana que vem, e nós vamos começar a ver a festa. As mesmas perguntas que se fazem em dois minutos vão ser feitas em meia hora, porque o importante não é a resposta. O importante é repetir aquela mesma coisa. Eu, desde pequenininha, aprendi o seguinte: que, quando se mente cem vezes, a mentira vira verdade, pelo menos aos olhos daqueles que não estão tão atentos para isso, que diariamente só ouvem falar, uma manchete daqui, uma matéria de rádio ali, outra de telejornal lá, e acaba que aquele negócio, cem vezes, vira verdade. Mas nós estamos aqui para esclarecer. Se aparecer problema, se houver culpados, Senador Pimentel, pessoas que utilizaram indevidamente os recursos públicos, esses terão que ser mostrados ao povo brasileiro e terão que pagar por isso. Mas o nosso dever agora é responder aos questionamentos.

Então, eu não sei por quê... Eu mesma, semana passada, Senador Pimentel... E hoje o senhor colocou aqui de forma muito taxativa, e a minha sugestão a V. Ex<sup>a</sup> é que faça essa pergunta a todos os depoentes, inclusive àqueles que nem têm condições de responder, mas faça, Senador Pimentel. Quem sabe um dia a resposta também seja repetida centenas e milhares de vezes. A Astra comprou Pasadena por US\$42 milhões? Foi esse o valor? Não é, mas é isso que a gente lê. É isso que a gente ouve, é isso que a gente lê, é isso só que se fala no Brasil. E está aqui. Eu não li esse documento todo porque nós não tivemos acesso ao documento todo, que foi encaminhado à Justiça Federal, mas tudo indica que neste documento também esteja escrito isso, porque quando se fala em valor vultoso, acima de mercado, é óbvio que a base foi aquela, que a Astra teria



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

comprado por um valor muito baixo e comprado por um valor muito alto. Mas, enfim, aqui a matéria diz o seguinte: que tudo isso é para apurar a possível participação do ex-diretor da estatal, Paulo Roberto Costa, em irregularidades na compra de Pasadena.

Eu pergunto para o senhor, porque o vi falar... Claro que pode ter escapado, posso não ter prestado atenção, mas em tudo aquilo que eu ouvi o senhor falar, com muita atenção, eu ouvi o senhor falar do Sr. Paulo Roberto na reunião que aconteceu em Copenhague para decidir sobre a compra da segunda parcela, dos outros 50%. Não ouvi antes. Então, eu lhe pergunto, para que o senhor possa esclarecer, não a mim, mas a todos e todas que estão aqui neste recinto: qual foi a participação do diretor Paulo Roberto Costa no processo de compra dessa refinaria de Pasadena e da *trading*?

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – O Paulo Roberto era diretor de abastecimento. A diretoria de abastecimento é responsável pela operação das refinarias no Brasil e também pela orientação das refinarias fora. Também a parte de comercialização, a parte de *trading*, dentro da Petrobras, é subordinada à diretoria de abastecimento. Então, o Paulo Roberto, no processo de negociação de compra, não teve participação, porque era um desenvolvimento internacional, juntamente apoiado pelas demais áreas. O Paulo Roberto teve uma participação – já depois do negócio avançado – na definição dos gerentes, ou seja, da estrutura gerencial, da estrutura administrativa, da PEST, da *trading*. Então, o Paulo Roberto indica as pessoas e se envolve na discussão da negociação, mas não na negociação da compra; na negociação da estrutura gerencial que foi criada na parte de *trading*. Esse foi o maior envolvimento do Paulo.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Por conta de ser ele o diretor de refino dessa parte de...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – É natural. Fosse quem fosse...

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... ter todo o quadro técnico sobre a sua...

**O SR. NESTOR CERVERÓ** – ... Evidente, porque essa parte... As refinarias também. Todas as refinarias do Brasil estão... O diretor de abastecimento é responsável, seja ele quem for, na distribuição da... Embora, de novo, volto a lembrar, as decisões na Petrobras... Cada diretor não decide por sua área. As decisões são colegiadas, mas, no



*Senado Federal  
Secretaria Geral da Mesa  
Secretaria de Comissões*

*Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito*

desenvolvimento do negócio, na administração, cada diretor tem a sua responsabilidade. Então, a diretoria de abastecimento é responsável pela área de *trading*, área de comercialização, as refinarias, e a questão da movimentação de transporte, de navio, de compra e venda de petróleo e combustível. Essas são as atribuições da... O que nesse caso particular de Pasadena, onde houve o envolvimento, porque havia... Nós compramos uma *trading* também, houve esse envolvimento, mas não na fase negocial. Houve na fase de estabelecimento dos quadros gerenciais que iam operar a *trading*.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeito.

Nada mais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu quero agradecer a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

*(Iniciada às 11 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 22 minutos.)*

***Senador Vital do Rêgo***  
Presidente